



Nº 1167 - Semanal
0,50 €

12 Setembro 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

**SOARES CONTRA ATAQUE AMERICANO
AO IRAQUE**

▶ Página 14

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvano Gomes da Silva

Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

SECRETARIADO NACIONAL

EXCEDENTÁRIOS SOBEM AO PARLAMENTO POR INICIATIVA DO PS

O PS vai pedir a ratificação do decreto dos supranumerários da Administração Pública. A decisão foi anunciada pelo secretário-geral, Ferro Rodrigues, após a reunião do Secretariado Nacional de terça-feira. Escusando-se a comentar a decisão presidencial de promulgar o referido diploma com o qual o PS está em desacordo, Ferro Rodrigues explicou que esta iniciativa visa levar a discussão para o campo parlamentar, uma vez que a mesma não passou pelo plenário, já que o decreto resulta de uma autorização legislativa ao abrigo do último Orçamento Rectificativo. O secretário-geral do PS admitiu a hipótese de ser pedida a fiscalização sucessiva do diploma ao Tribunal Constitucional, após a sua aprovação no Parlamento, em linha de coerência, aliás, com o pedido de fiscalização sucessiva do próprio Orçamento de Estado.

▶ Página 5



RENTRÉE AÇORIANA

**CONTINUAR
SENDA DE
PROGRESSO**

▶ Página 4



ENTREVISTA A ANA BENAVENTE

**ESCOLA
ESTÁ MAIS
POBRE
E INEFICAZ**

▶ Páginas centrais

A SEMANA REVISTA

António Costa escreveu ao procurador-geral da República pedindo-lhe a confirmação ou não de factos vindos a público sobre a relação entre a Universidade Moderna e o CDS-PP sob a liderança de Paulo Portas.

Sob a presidência de Ferro Rodrigues reuniu-se o Secretariado Nacional do PS.

Ferro Rodrigues foi um dos convidados para a festa dos 103 anos do professor Emídio Guerreiro, durante a qual admitiu a possibilidade de criação de apoios para a 4ª idade.

Ferro Rodrigues recebeu em audiência, na sede nacional, o secretário-geral da Frelimo, Armando Guebuza.

Teve lugar a primeira reunião dos deputados coordenadores do Grupo Parlamentar do PS, após as férias da Assembleia da República.

José Lamego recebeu na qualidade de secretário para as Relações Internacionais do Partido Socialista o embaixador da Hungria em Lisboa.

Jorge Sampaio esteve presente na sessão de abertura do Congresso Mundial de Economistas, no Centro Cultural de Belém, onde defendeu o reforço dos mecanismos de regulação da economia.

A Comissão Parlamentar para a reforma do sistema político retomou as suas funções.

O QUIOSQUE

ANTOONIO COLAÇO

- SOLDADOS, ABRAM FOGO SOBRE O QUIOSQUE SARAIVA!!! JÁ!!!
- RECEBERÉIS 1 MILHÃO DE CONTOS! PERDÃO, 5 MILHÕES DE EUROS!!!
- É PARA JÁ, SENHOR MINISTRO!!!



Certo é que enquanto Paulo Portas não esclarecer as dúvidas que agora pairam sobre as presumíveis ligações entre a Universidade Moderna e o Partido Popular sob a sua liderança, é mais uma vez a credibilidade do sistema político e das instituições que estão em causa. Por ironia, Paulo Portas que sempre se arvorou em moralizador da classe política é ele próprio agora o centro de um folhetim que nada abona em favor da nobreza que subjaz à actividade política.

EDITORIAL

A MULHER DE CÉSAR

Só uma semana depois do caso Moderna ter voltado de novo à ribalta mediática, é que o primeiro-ministro, através de um anónimo assessor, se pronunciou para manifestar a inevitável solidariedade com o seu ministro de Estado e da Defesa. Mas fê-lo em tal tom e de tal modo que não escondem o incómodo que toda esta situação está a criar no Governo e na maioria parlamentar que o apoia. Seguindo uma estratégia de vitimização, os parceiros do Governo tudo fazem para passar a mensagem de que o ministro Paulo Portas está a ser alvo de uma cabala. E para a desmontar, nada melhor do que pagar anúncios de página inteira nos principais jornais portugueses onde se chega ao ridículo de exigir ao "Expresso" uma indemnização no valor de um milhão de contos como se o escudo ainda circulasse em Portugal.

Em vez de exigir, isso sim, o esclarecimento cabal por parte da Procuradoria e dos restantes responsáveis pela investigação policial, sobre se há ou não quaisquer indícios que fundamentem as notícias publicadas, o ministro da Defesa refugia-se na ironia fácil, em graçolas rimadas em jeito de título de jornal, para dar resposta a questões sérias que se colocam ao nível da ética e da moral. Por muito, mas muito menos, António Vitorino abandonou o Governo de António Guterres numa demonstração de grande desapego ao poder e amor à verdade. E não teve na altura nenhum comentador de esquerda que dissesse, à semelhança do que agora aconteceu, que o "ministro já deu as explicações que tinha a dar".

No entanto, a responsabilidade política não pode ser confinada à responsabilidade criminal. De facto, se do ponto de vista penal não há matéria incriminatória conhecida - do processo da Moderna não foi extraída nenhuma certidão contra

Paulo Portas - o bom senso político impunha que outros caminhos e outras atitudes fossem seguidas, a bem da democracia e da transparência. Também aqui se aplica o aforismo latino, segundo o qual à mulher de César não basta ser séria, é preciso parecê-lo. Neste caso o aforismo não se cumpre. Certo é que enquanto Paulo Portas não esclarecer as dúvidas que agora pairam sobre as presumíveis ligações entre a Universidade Moderna e o Partido Popular sob a sua liderança, é mais uma vez a credibilidade do sistema político e das instituições que estão em causa. Por ironia, Paulo Portas que sempre se arvorou em moralizador da classe política é ele próprio agora o centro de um folhetim que nada abona em favor da nobreza que subjaz à actividade política.

Recorrendo a outro aforismo, bem português, é caso para dizer, que quem com ferros mata, com ferros morre.

SILVINO GOMES DA SILVA



Silvino Gomes da Silva



POLÍCIA JUDICIÁRIA

PS PONDERA SOLUÇÃO ADEQUADA

José Magalhães anunciou que o PS iria "ponderar qual a solução adequada" para resolver a situação criada após a audição parlamentar de ontem do director da PJ, Adelino Salvado, e dos ex-adjuntos Maria José Morgado e Pedro Cunha Lopes, audição que o vice-presidente da bancada socialista classificou de "melindrosa".

"Por um lado as audições desta manhã confirmaram a existência de acusações de grande gravidade sobre a recente remodelação da PJ. A essas acusações não foi dada réplica no depoimento prestado pelo director nacional da PJ. Ficaram pendentes suspeições que são perigosíssimas para o prestígio da PJ e para a saúde do regime democrático", sublinhou.

José Magalhães acrescentou que o conhecimento factual do caso é do interesse da Assembleia da República e da sociedade em geral, a bem do prestígio e da eficácia da PJ e da solidez do combate ao crime.

HASSE FERREIRA ACUSA

GOVERNO NÃO ESTÁ A TOMAR AS MEDIDAS CORRECTAS PARA CONTER O DÉFICE

O deputado do PS Joel Hasse Ferreira acusou ontem o Governo de não estar a tomar as medidas correctas para conter o défice orçamental e não ter uma estratégia clara de desenvolvimento económico.

O parlamentar socialista comentava desta forma as declarações da ministra das Finanças, no Congresso Mundial de Economistas, em Lisboa, segundo a qual a actividade económica em Portugal vai abrandar mais em 2002, com um crescimento do produto interno bruto (PIB) previsto entre zero e um por cento.

Hasse Ferreira considera que, "apesar da resistência dos agentes económicos, estamos agora mais próximos de um cenário de recessão".

Admitindo uma conjuntura internacional difícil, o deputado do PS considera que o Governo "não está a tomar as medidas correctas para conter o défice, criou um clima de desconfiança entre os agentes económicos e tomou medidas, como o aumento do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), que só servem para restringir a procura interna".

"É óbvio que o Governo não tem uma estratégia clara de desenvolvimento económico nem de redução de custos", considerou.

Se a situação económica internacional se agravar, com um ataque dos Estados Unidos ao Iraque, Portugal irá sofrer as consequências, alertou Hasse Ferreira.

"Nesse sentido, não vejo que tipo de despesas a ministra das Finanças poderá cortar mais", afirmou.

"Se cortar no investimento isso será muito grave e terá efeitos muito negativos a prazo, pois pode instalar em definitivo um clima de recessão", acrescentou.

RENTRÉE DO PS/AÇORES

CONTINUAR NA SENDA DO PROGRESSO

O presidente do Governo Regional reafirmou que o PS tem "orgulho na obra feita" na região, sublinhando que "sabemos o que estamos a fazer e faremos para continuar a mudança e garantir o progresso".

Carlos César falava na semana passada no comício de "rentrée" do PS/Açores, que teve lugar na Casa do Povo da Ribeirinha (ilha Terceira) e juntou mais de 1000 pessoas.

O líder do PS/Açores, na sua intervenção, passou em revista algumas das principais realizações do Governo Regional, lembrando que "se vive hoje, felizmente, uma situação muito melhor do que em 1996, e prometeu continuar a fazer uma política centrada nas pessoas e no desenvolvimento da região "onde a criação de riqueza aproveitou o maior número de cidadãos e em que o trabalho seja garantido, valorizado e respeitado".

No discurso, Carlos César defendeu que a superação das dificuldades financeiras do Serviço Regional de Saúde dos Açores pode passar pelo pagamento dos cuidados por parte dos mais ricos, para que os mais pobres continuem a receber assistência gratuita.

Reconhecendo que a médio prazo o serviço de saúde das ilhas caminha para uma situação financeira complicada, assinalou, no entanto, que os serviços de saúde da Madeira e nacional estão em pior situação.

Considerou injusto que, por exemplo, o presidente do Governo Regional não pague os cuidados de saúde que lhe são prestados, ficando, assim, em igualdade de circunstância com um beneficiário do rendimento mínimo garantido. "Para que os mais pobres continuem a ter cuidados de saúde grátis, os que mais têm devem contribuir com o pagamento de alguns serviços", disse Carlos César.

Energia a descer

Na sua intervenção, Carlos César anunciou ainda que no dia 1 de Janeiro do próximo ano a



energia deverá descer de novo nos Açores, adiantando que a factura dos particulares deverá ser desonerada em sete por cento, sendo que para a indústria a descida deverá chegar aos 15 por cento.

"Vamos, certamente, nesse dia perguntar aos industriais de laticínios quantos milhares de contos a mais eles vão ganhar nas suas empresas e, por isso, quantos milhares de contos podem deixar na nossa produção leiteira em benefício dos agricultores que trabalham as nossas terras", disse Carlos César.

Tanto César como o líder do PS na Terceira, Sérgio Ávila, apontaram a descida nos custos da energia como obra socialista, e acrescentaram ao rol medidas como a redução dos impostos, o abaixamento dos preços das passagens aéreas, o aumento das remunerações, a implementação do transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, entre outras.

Sérgio Ávila contrapôs a obra do PS à do PSD, convidando os líderes laranja da Terceira a explicarem por que razão o Porto da Praia caiu

"ao primeiro embate das ondas"; as estradas "não resistiram mais do que oito ou dez anos" e estão esburacadas", e questionou o interesse do PSD na resolução do problema da construção do novo campus da Universidade dos Açores na Terceira.

Por seu lado, Carlos César garantiu que mesmo que a República não apoie os Açores, nem autorize os endividamentos que serão propostos em conjunto com a Madeira, a Região será "mantida à margem de quaisquer crises financeiras".

DERRADEIRA TENTATIVA PARA RECONSTRUIR FAIAL E PICO

O presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, considera não estarem ainda esgotadas todas as possibilidades para conseguir a prometida ajuda financeira para a reconstrução das ilhas do Pico e Faial, após o sismo de 1998.

Neste sentido, César vai "ter uma palavra final do primeiro-ministro sobre a retoma da solidariedade nacional para com a reconstrução", convicto de que "tudo está em aberto".

O Executivo açoriano postergou assim a ideia de avançar com um acordo imediato com a Associação de Industriais de Construção Civil dos Açores (AICOA) para a contratação de um empréstimo de cem milhões de euros para pagar as obras no

Faial e do Pico.

César já confirmou à Imprensa o pedido de uma audiência a Durão Barroso e aproveitou a oportunidade para responder ao comentário político de Marcelo Rebelo de Sousa, no domingo à noite na TVI.

Segundo o governante açoriano, a análise está a ser feita do ângulo errado. "O professor Marcelo deveria interrogar-se porque é que o País interrompeu a solidariedade nacional para com as calamidades açorianas, questionando se essa atitude é legítima e recomendável quando mantém créditos para a construção de campos de futebol".

O líder açoriano disse ainda que qualquer solução que vier a ser encontrada para custear a reconstrução "passará necessariamente pela Assembleia Regional".

Enfrentar "quebra" de solidariedade

O líder do PS/Açores tem vindo a realizar diversas reuniões partidárias nas ilhas do arquipélago para contrapor "o orgulho de ser socialista e açoriano" à "visível quebra" de solidariedade nacional para com as regiões.

Durante uma deslocação partidária à ilha de São Jorge, Carlos César defendeu a necessidade de

"vigilância e empenhamento grandes" para ultrapassar as "dificuldades que o Governo da República está a colocar" às ilhas.

Segundo o líder socialista açoriano, a quebra da solidariedade nacional para com o arquipélago mostra que o Governo de Durão Barroso tem "atitudes centralistas e é insensível às necessidades específicas das regiões autónomas dos Açores e da Madeira".

Entretanto, enquanto Carlos César espera que Durão Barroso lhe "diga olhos nos olhos" se vai apoiar financeiramente o processo de reconstrução do Pico e do Faial ou se vai permitir que, no âmbito de uma autorização parlamentar, a região possa contrair um empréstimo de 85 milhões de euros para custear as obras, vislumbram-se já "outras formas de financiamento" apoiadas por José Decq Mota, líder do PCP açoriano que "está disposto" a dar o seu aval ao Governo regional socialista desde que "a solução caiba dentro do actual quadro legal".

M.R.

SECRETARIADO NACIONAL

EXCEDENTÁRIOS SOBEM AO PARLAMENTO POR INICIATIVA DO PS

O PS vai pedir a ratificação do decreto dos supranumerários da Administração Pública. A decisão foi anunciada pelo secretário-geral, Ferro Rodrigues, após a reunião do Secretariado Nacional de terça-feira. Escusando-se a comentar a decisão presidencial de promulgar o referido diploma com o qual o PS está em desacordo, Ferro Rodrigues explicou que esta iniciativa visa levar a discussão para o campo parlamentar, uma vez que a mesma não passou pelo plenário, já que o decreto resulta de uma autorização legislativa ao abrigo do último Orçamento Rectificativo. O secretário-geral do PS admitiu a hipótese de ser pedida a fiscalização sucessiva do diploma ao Tribunal Constitucional, após a sua aprovação no Parlamento, em linha de coerência, aliás, com o pedido de fiscalização sucessiva do próprio Orçamento de Estado. Por outro lado, o líder socialista acusou o Governo de ser "incapaz de lidar com matérias económicas e sociais", ao mesmo tempo que lhe sugeria que aproveitasse as dúvidas que existem actualmente na União Europeia para, em época de crise como a que vivemos, rever o Pacto de Estabilidade. "Não se trata de pôr em causa compromissos, mas aproveitar as questões sobre a lógica do Pacto de Estabilidade num contexto de crise", disse o secretário-geral socialista que também lamentou o facto do Governo ter revisto em baixa o crescimento para o próximo ano, admitindo um crescimento zero que significa a "estagnação económica" do País.



Medidas como o aumento do IVA não ajudaram as finanças públicas, resultaram antes numa "agudização dos problemas económicos" para os cidadãos, que vivem numa crescente "insegurança em relação às suas vidas e empregos", disse. Afirmando que "o País não pode continuar a abrandar", o secretário-geral do PS deu como exemplo problemas como o "desemprego e o encerramento selvagem de empresas". Ferro

Rodrigues voltou a criticar a política de combate à fraude e evasão fiscais do Governo, insistindo que esta vai permitir o "escândalo" da banca poder em 2003 beneficiar de "ainda mais benefícios fiscais do off-shore da Madeira". Instando pelos jornalistas a pronunciar-se sobre o caso Moderna, Ferro Rodrigues considerou que Portas e o CDS-PP revelaram «a intranquilidade é má conselheira», depois de a oposição ter exigido uma clarificação das relações

entre o partido, o seu líder e a Universidade Moderna. Afirmando que "os padrões de exigência nos Governos do PS foram sempre muitos altos e que a democracia só tem a ganhar com isso", para o líder socialista até que o procurador-geral da República responda à carta que lhe foi enviada pelo líder parlamentar do PS, António Costa, pedindo esclarecimentos sobre a tradução dada pelo Ministério Público às investigações feitas pela Polícia Judiciária, "não há mais nada a acrescentar". Sobre uma eventual acção militar contra o Iraque por parte dos Estados Unidos, Ferro Rodrigues informou que tem discutido com Durão Barroso a posição de Portugal face a este provável conflito. Para o secretário-geral, a resolução do problema pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, sendo que "toda a prioridade deve ser dada à diplomacia". Na última reunião do Secretariado Nacional, no respeitante à preparação do Congresso de Novembro, ficou decidido encarregar o coordenador e os relatores dos grupos de trabalho de revisão de estatutos e da declaração de princípios, respectivamente, Paulo Pedroso, Vitalino Canas e Augusto Santos Silva, de preparem novas versões dos documentos referidos. Ainda neste âmbito, o SN deliberou promover sessões descentralizadas de análise da situação política e de debate sobre a preparação do Congresso, a cargos de membros do Secretariado, a decorrer entre 19 e 22 de Setembro.

PORTO

JORGE COELHO DEFENDE PARTIDO AO ATAQUE

Um partido "mais combativo, a jogar ao ataque e não à defesa", foi a estratégia defendida por Jorge Coelho, numa reunião do PS/Porto, em que teceu ainda duras críticas à política económica do Governo. O secretário nacional do PS Jorge Coelho recordou, perante uma sala cheia de militantes do PS/Porto até ao corredor, as afirmações de Durão Barroso ainda na oposição, quando disse que iria ser primeiro-ministro e só não sabia quando, afirmando que quando o actual chefe do Governo disse que "o País estava de tanga também não sabia quando, porque é agora que Portugal vai a caminho de ficar de tanga, numa lógica de tudo a monte e fé em Deus". Numa intervenção marcada por fortes críticas à postura e à política económica do Governo, Jorge Coelho sublinhou que a procura do cimento desceu cinco por cento "devido ao fim do crédito bonificado à habitação" e



acusou a ministra das Finanças de, "pela terceira vez em quatro meses alterar, para valores mais pessimistas, as previsões de

crescimento económico em Portugal". Depois de acusar Durão Barroso de não ter uma ideia para Portugal, o dirigente socialista manifestou a sua concordância de princípio em relação às posições do primeiro-ministro sobre uma guerra contra o Iraque, nomeadamente no que respeita à necessidade de uma resolução das Nações Unidas, mas defendeu que Durão Barroso deveria informar mais os portugueses e promover um debate nacional sobre as consequências para o País. No plano interno, Jorge Coelho aconselhou os mais pessimistas ou cépticos a "não atrapalhar", caso não estejam dispostos a colaborar. Jorge Coelho acredita na modernização do partido e garante que "todos vão ficar bem na foto", mas deixou claro que acha que o PS deve ser "um partido de esquerda moderno e democrático", e que "não ganha nada em fazer convergências formais com o PCP e o BE".

"O PS deve ser o motor e elemento central de uma convergência política do povo de esquerda. Se tivermos essa política, com um PCP ortodoxo, é normal que o seu eleitorado se vire cada vez mais para o partido com tendência de poder", afirmou. Jorge Coelho disse ainda rever-se "completamente na magistratura do Presidente da República, que não é apenas dos militantes socialistas mas de todos os portugueses", e considerou que "não se pode reivindicar que a oposição ao Governo seja o PR, tem de ser o PS". Referindo-se à substituição da co-incineração pela incineração dedicada, Jorge Coelho considerou que "o principal problema mantém-se: onde serão instalados? Será que Rui Rio vai disponibilizar o Porto, ou Isaltino Morais oferece Oeiras?". E considerou que se há área de governação em que o PS deve ter orgulho é a do ambiente.

TRABALHOS PARLAMENTARES

COMBATE À FRAUDE FISCAL NA AGENDA PELA MÃO DO PS

O projecto de lei socialista relativo à eficiência e combate à fraude e evasão fiscais sobre a plenário no próximo dia 26 do corrente. A decisão foi tomada, ontem, em conferência de líderes, dia em que também se reuniu pela segunda vez, após as férias, o grupo de trabalho criado na Comissão de Assuntos Constitucionais para debater as alterações ao funcionamento da Assembleia da República. Aliás, as alterações ao regimento parlamentar serão votadas na sexta-feira, dia 20.

Na reunião dos líderes de bancada, o PS mostrou-

se disponível e aberto a sugestões e propostas”, de alteração ao chamado “documento Lação” (que serve de base de trabalho) no que respeita às matérias alvo de reforma - calendário parlamentar, debate mensal, debates de urgência, criação da interpelação à câmara, reforço do trabalho das comissões e novas regras de votação. Recorde-se que entre as mudanças em discussão inclui-se a eliminação da figura regimental da interpelação à Câmara, substituindo-se esta pelo alargamento do âmbito temporal das declarações políticas, que passam a ter lugar todas as semanas,

quando actualmente têm carácter quinzenal. O grupo de trabalho chegou também a acordo relativamente ao formato do debate com o primeiro-ministro, durante o qual a réplica e a tréplica deverão ser limitadas à primeira ronda de perguntas. Quanto ao calendário, há acordo entre os grupos parlamentares relativamente mudança das sessões plenárias para terças, quartas e sextas-feiras, quando actualmente acontecem às quartas e quintas e sextas. Na conferência de líderes parlamentares ficou

ainda agendada para 27 deste mês a próxima sessão de perguntas ao Governo e para dia 19 um debate sobre a Cimeira da Terra, que juntou recentemente os líderes mundiais em Joanesburgo (África do Sul) para decidir medidas contra as alterações climáticas. Para o reinício oficial dos trabalhos do Parlamento, dia 18, ficaram agendados debates sobre propostas de lei relativas às autoridades metropolitanas de transportes de Lisboa e Porto e ao transporte colectivo de crianças.

M.R.

REQUERIMENTOS

PS PEDE EXPLICAÇÕES AO GOVERNO SOBRE MORTE DE TOURO EM MONSARAZ

O PS entregou um requerimento na Assembleia da República a pedir explicações ao Governo sobre a morte de um touro nas festas de Monsaraz.

O deputado Vitalino Canas considera que esse acontecimento “potencia graves quebras da autoridade do Estado, mas também tratamento não igualitário de populações e pessoas”.

Para Vitalino Canas, com a abertura de uma excepção para a realização de espectáculos com touros de morte em Barrancos, “era previsível a quebra da autoridade do Estado, sendo responsáveis principais o Governo e a maioria parlamentar que o apoia”. “Era previsível porque parece óbvio que as populações de Monsaraz e de outras localidades do nosso País, invocando tradições seculares com a mesma legitimidade que o povo de Barrancos, quererão idêntico



tratamento idêntico”, acrescenta o parlamentar do PS.

No documento, o deputado socialista perguntou ao ministro da Administração Interna se confirma que a festa de Monsaraz, com a morte de um touro, não foi objecto de autorização e qual o dispositivo de forças de segurança presente no espectáculo.

Vitalino Canas quer também saber se o Executivo tenciona propor “alguma alteração legislativa ou administrativa com vista a repor o respeito do princípio constitucional da igualdade, seja pelo reconhecimento de que há outras localidades, para além de Barrancos, que podem invocar tradições locais para realizar espectáculos com touros de morte, seja retomando, em alternativa, a proibição sem excepções desses espectáculos”.

SOCIALISTAS PREOCUPADOS COM TRABALHADORES DAS LOJAS DO CIDADÃO

Osvaldo Castro e Eduardo Cabrita são os subscritores de um requerimento entregue na Mesa da Assembleia da República sobre a situação dos trabalhadores com contrato administrativo de provimento da Direcção de Serviços de Identificação Civil e dos postos de atendimento da DGNR nas Lojas do Cidadão.

Para se inteirarem da situação destes trabalhadores, os deputados socialistas promoveram uma reunião com os sindicatos da Função Pública durante a qual lhes foi transmitida a ideia de que “o Governo não tem intenção de proceder, quer à renovação dos contratos, quer há abertura dos necessários concursos para integração nos quadros.”

Os signatários do documento lembram ainda que “a regularização da situação destes trabalhadores não se traduz em qualquer aumento de encargos, uma vez que os mesmos já se encontram ao serviço e a receber o respectivo salário, para além de se tratar de trabalhadores que estão ao serviço, em muitos casos há mais de três anos”.

No requerimento, Osvaldo Castro e Eduardo Cabrita questionam ainda o Governo sobre se este pretende proceder ou não à renovação dos contratos dos trabalhadores em causa.

A outra questão colocada pelos deputados do PS relaciona-se com as intenções do Executivo de dar continuidade ao processo de regularização da destes trabalhadores em questão através da abertura de concursos internos de ingresso e em que prazo pensa fazê-lo.

GOVERNO QUESTIONADO SOBRE A NÃO TRANSMISSÃO DO JOGO DA SELECÇÃO NACIONAL DE FUTEBOL

O deputado socialista António Galamba apresentou na mesa da Assembleia da República um requerimento dirigido ao Governo sobre as razões que determinaram a não transmissão do jogo da Selecção Nacional de Futebol com a Selecção de Inglaterra, realizado no passado dia 7 de Setembro, em Birmingham.

No documento entregue o parlamentar quer saber se o Executivo e a nova Administração da RTP introduziram alterações sobre o conceito de serviço público na área do desporto prestado pela televisão pública e se a transmissão dos jogos da selecção nacional constitui ou não um dos elementos do serviço público de televisão.

António Galamba questiona também o Governo sobre se teve conhecimento prévio da impossibilidade ou desinteresse da RTP em transmitir o jogo da Selecção e se concorda com a ausência da transmissão televisiva.

A última questão levantada tem a ver com as razões que determinaram a ausência de transmissão televisiva do jogo em causa, tanto mais que, “segundo a comunicação social, pelo resultado e pela exibição, constituiu uma oportunidade de reconciliação da selecção com os portugueses”.



ANIVERSÁRIO DE EMÍDIO GUERREIRO

FERRO ADMITE APOIOS À "QUARTA IDADE"

Ferro Rodrigues admitiu a criação de apoios à "quarta idade" no conjunto das novas gerações de políticas sociais. O secretário-geral do Partido Socialista proferiu estas declarações na passada sexta-feira, por ocasião da celebração

dos 103 anos de Emídio Guerreiro, num evento que decorreu no Centro de Solidariedade Humana que leva o nome do ex-combatente antifascista e antigo líder do PSD e que está sediada em Guimarães.

No jantar de confraternização que reuniu familiares e amigos estiveram também presentes alguns notáveis socialistas, entre os quais Fernando Vale, António Arnaut, Vasco Lourenço, Edmundo Pedro e Joaquim Barreto. A proposta de criação de um sistema de apoio à "quarta idade" - que é também subscrita por Fernando Vale, 102 anos, por Edmundo Pedro, 83, e por António Brotas, 72 - defende que as pessoas com mais de 90 anos deveriam receber, como complemento de pensão, uma verba correspondente a dez por cento do salário mínimo nacional, a qual iria aumentando na

mesma percentagem por cada ano mais que o idoso vivesse.

Este valor seria entregue pelo Estado às juntas de freguesia, as quais fariam a sua distribuição com base num recenseamento prévio de cidadãos naquelas circunstâncias etárias.

A ideia vai ser proposta aos deputados da Assembleia da República e, para o seu mentor, ela não traria grandes custos ao Orçamento de Estado, servindo para que os idosos em idade avançada tivessem um incentivo da sociedade para melhorarem o seu nível de vida e continuarem a manter esperança no futuro.

CASO MODERNA

ANTÓNIO COSTA ESCREVE A SOUTO DE MOURA

O líder da bancada socialista na Assembleia da República, António Costa, enviou na passada sexta-feira uma carta ao procurador-geral da República pedindo-lhe "que confirme se os factos noticiados pelo 'Expresso' e pelo 'Público' constam do relatório final da Polícia Judiciária sobre a Universidade Moderna".

Prestando um cabal apuramento dos factos, o PS "não tomará qualquer outra iniciativa até que haja resposta a esta carta, sendo extemporâneas e especulativas quaisquer outras conclusões",

refere uma nota do gabinete de imprensa do PS. Entretanto, uma nota oficial da Procuradoria divulgada terça-feira, apesar de deixar transparecer que nenhuma das acusações veiculadas pelos jornais nos últimos dias é falsa, refere que nenhum dado novo justifica que se instaure um inquérito ao ministro Portas. A nota refere ainda que "o Ministério Público estará atento à eventual revelação de factos que possam alterar o seu juízo sobre a responsabilidade penal de qualquer interveniente que não tenha sido acusado".

SAMPAIO DEFENDE

REFORÇO DOS MECANISMOS REGULADORES DA ECONOMIA

O Presidente da República, Jorge Sampaio, defendeu que os mecanismos reguladores da economia devem ser "reforçados e reformulados", sustentando ainda que "as sociedades não devem ser geridas como se fossem empresas".

Para Sampaio, os recentes escândalos financeiros, especialmente nos Estados Unidos da América, que descredibilizaram as práticas contabilísticas mostraram que os investidores não têm, em muitos casos, a melhor informação.

O Presidente da República, que falava na cerimónia de abertura do XIII Congresso Mundial de Economia, que decorre até amanhã, no Centro Cultural de Belém, alertou, também, para o facto de os mercados financeiros não criarem riqueza e poderem ter "efeitos dramáticos" na sua redistribuição.

Referindo que "as sociedades não devem ser geridas como se fossem empresas", Sampaio considerou que "questões como a educação ou a política fiscal, que não são lineares, não podem ser discutidas sem ter em conta os cidadãos".

"A pessoa deve ficar no centro da economia e a economia deve esclarecer os cidadãos e melhor informá-los para tomarem decisões", sublinhou.



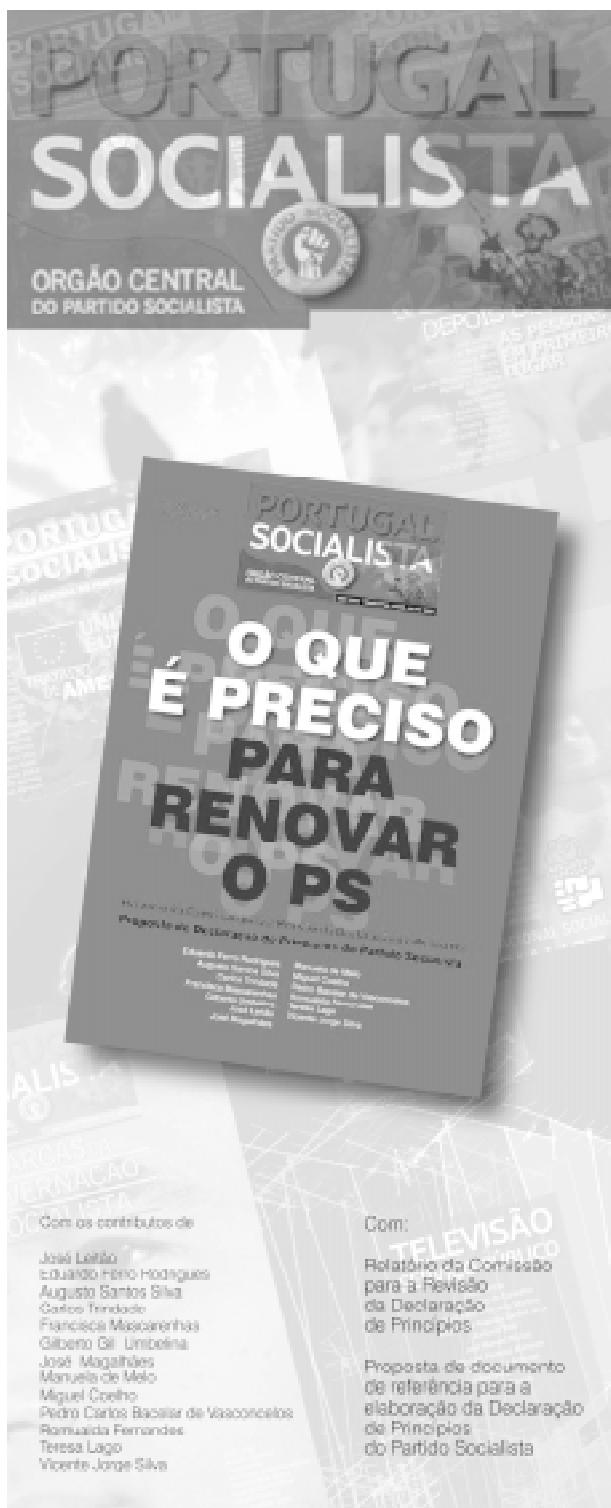
PATRIMÓNIO MUNDIAL

SAMPAIO SOLIDÁRIO COM CANDIDATURA DE MARVÃO

Jorge Sampaio esteve no sábado em Marvão, onde manifestou o seu apoio solidário à candidatura desta vila medieval a Património Mundial, que aguarda o "sim" do Governo. Na visita que efectuou a Marvão, acompanhado pelo presidente da Câmara local, o Presidente da República salientou que a vila não pode perder esta oportunidade, que considerou ser "decisiva para o seu desenvolvimento".

Segundo referiu Sampaio, não há qualquer dúvida sobre o potencial proporcionado pelo título Património Mundial atribuído pela UNESCO, com vista ao impulso da economia local. No entanto, disse esperar que o plano de acção e a respectiva candidatura "possam continuar a valorizar este conjunto único sem despovoar e descaracterizar esta jóia", sublinhando que no interior da União Europeia o património "está a ser algo de decisivo" e exortando a que se desenvolvam os necessários esforços "para que a questão do território e a cultura do nosso património histórico sejam uma prioridade".





Com os contributos de

José Leitão
Eduardo Ferro Rodrigues
Augusto Santos Silva
Carlos Trindade
Francisca Mascarenhas
Gilberto Gil Umbelina
José Magalhães
Manuela de Melo
Miguel Coelho
Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos
Rosaúlia Fernandes
Teresa Lago
Vicente Jorge Silva

Com:

Relatório da Comissão para a Revisão da Declaração de Princípios

Proposta de documento de referência para a elaboração da Declaração de Princípios do Partido Socialista

FERRO RODRIGUES

ABRAÇO SOCIALISTA

“Um forte e emocionado abraço” para “todo o povo americano” foi enviado pelo secretário-geral do PS, através do embaixador dos Estados Unidos em Portugal.

“Os trágicos acontecimentos ocorridos há um ano ficarão para sempre como o exemplo de uma irracionalidade dramática que tem que ter uma resposta firme, no quadro do direito internacional, escreve Ferro Rodrigues na mensagem dirigida a John Palmer.

Para o líder socialista, “nunca nada conseguirá justificar a tragédia que se abateu sobre o mundo no dia 11 de Setembro de 2001”.

Recordando que quatro cidadãos portugueses contaram-se entre os milhares de vítimas do atentado ao World Trade Center, Ferro, neste primeiro aniversário do acontecimento “brutal e sem sentido que a todos abalou, manifestou o seu “profundo pesar” às famílias enlutadas.

M.R.

INTERNACIONAL SOCIALISTA

GUTERRES REITERA COMPROMISSO ANTITERRORISTA

António Guterres reafirmou “o nosso compromisso sério na luta activa contra os terroristas”. Numa mensagem dirigida ao Presidente dos Estados Unidos da América, o líder da Internacional Socialista evocou o primeiro aniversário da tragédia do 11 de Setembro e expressou “as suas sentidas condolências ao povo americano.

“Saiba que a nossa família política, a IS, as suas organizações e partidos espalhados pelo globo, lamentam profundamente a perda daqueles que faleceram” nos atentados às torres gémeas, lê-se na carta de Guterres a George W. Bush, onde também fica expressa a solidariedade socialista para com os familiares das vítimas.

Em prol do projecto de um mundo melhor e mais seguro, “onde prevaleçam a democracia e a liberdade”, o presidente da IS apela à participação concertada e conjunta que promova o constante estreitamento de esforços das instituições internacionais competentes”.

A “cooperação” é o caminho, segundo Guterres, para garantir a segurança planetária, a justiça e o desenvolvimento sustentável.

M.R.

JORGE SAMPAIO

COMBATE LONGO E DIFÍCIL

“A luta contra o terrorismo não está terminada” declarou o Presidente da República, numa intervenção que proferiu por ocasião do primeiro aniversário dos atentados às Torres Gémeas. Segundo Jorge Sampaio a luta será “longa e difícil”, mas “Portugal mantém o seu cometimento”.

Ao recordar a tragédia de 11 de Setembro, “cujas imagens não podemos esquecer”, o chefe de Estado lembrou os milhares de vítimas inocentes, entre as quais alguns portugueses, e as suas famílias.

“Os nossos pensamentos vão, antes de mais, neste dia de luto, para elas”, disse, frisando que este combate sem tréguas ao terrorismo exige de todos “tanta determinação como paciência”.

“É um combate prioritário em nome dos princípios que defendemos: a segurança, a liberdade e o direito, contra o medo, a intolerância e o fanatismo”, defendeu, acrescentando que a luta deverá ser conduzida “no respeito pela legalidade internacional, sob a égide das Nações Unidas”.

Na opinião de Sampaio, a eficácia deste combate reside na sua adequada inserção numa nova visão da sociedade internacional.

“Os atentados de 11 de Setembro agravaram numerosos focos de tensão existentes na vida internacional”, sublinhou, destacando que, a par de conflitos como o do Médio Oriente, que urge resolver, “são necessários esforços mais determinados para combater, à escala mundial, as tensões regionais, a pobreza, as agressões aos recursos naturais e desregulação dos mercados.”

“Urge reforçar as instituições multilaterais e prosseguir uma cooperação internacional mais intensa em todos os domínios”, argumentou, para depois advogar para a União Europeia “um papel decisivo”, através do aprofundamento do trabalho conjunto no domínio da justiça, do controlo das suas fronteiras e na concertação entre os seus aparelhos de segurança.

M.R.

11

SETEMBRO

A lembrança é a nossa melhor homenagem.



ANA BENAVENTE

ESCOLA ESTÁ MAIS POBRE E INEFICAZ

É um abuso inaceitável a reintrodução da disciplina de Religião e Moral nos currículos do 1º ciclo. Assim o entende Ana Benavente, que no arranque do ano lectivo 2002/2003, vê com séria preocupação o Governo de direita prosseguir uma política educativa de arbitrariedades e evidentes atentados à democracia parlamentar.

A ex-secretária de Estado da Educação e Inovação, presentemente deputada na Assembleia da República, onde coordena a Comissão para os assuntos educativos, em entrevista exclusiva ao "Acção Socialista", fala sobre os pontos quentes da actualidade no sector, critica a regressão à escola selectiva e denuncia a falta de uma estratégia fundamentada e eficaz para a Educação em Portugal, ao mesmo tempo que alerta para os custos da lógica economicista adoptada pelo Executivo Durão/Portas, bem como para os perigos deste "divórcio atrapalhado".



Qual a postura oficial do PS face à pretensão governativa de reintroduzir a disciplina de religião e moral nas escolas?

O Partido Socialista ficou surpreendido com a medida tomada pelo Governo sobre a inclusão da Educação Moral e Religiosa no currículo nacional de 25 horas obrigatórias no 1º ciclo. Discordamos em absoluto de tal medida sobre a qual não houve consulta aos parceiros – nomeadamente aos pais – e que viola o princípio de separação de poderes entre Estado e Igreja.

A decisão quanto à dimensão religiosa na formação das crianças do 1º ciclo pertence a cada pai e mãe. É do foro da liberdade individual e não pode, de modo algum, ser imposta, de facto, porque passa a estar dentro das 25 horas obrigatórias para todas as crianças.

O Ministério da Educação alterou o que estava consagrado e já em vigor desde o ano passado na reorganização curricular do ensino básico e, embora o decreto ainda não tenha sido promulgado, já enviou esta orientação para as escolas.

Trata-se de um abuso inaceitável, lesivo da escola pública e laica e da nossa democracia.

Em seu entender, quais as principais questões que se colocam no arranque do ano lectivo 2002/2003?

Sem dúvida, a abertura de todas as escolas a 16 de Setembro, data anunciada e assumida pelo Ministério da Educação e de que duvidamos.

Também a colocação de professores em tempo útil, sem atropelos aos direitos dos docentes. Segundo dados disponíveis, o desemprego cresce, bem como o número de docentes sem aulas para dar, o que, em vez de resolver os problemas, vem aumentar a irracionalidade de gestão do bem mais precioso para a qualidade educativa – os professores.

Por outro lado, temos a condução da reorganização curricular do Ensino Básico e o apoio às escolas para que as alterações positivas, já em vigor em 2001/2002 no 1º e 2º ciclos, se alarguem agora ao 3º.

As medidas pontuais de empobrecimento do estudo acompanhado e da área de projecto – que deixam de contar com dois professores –, da oferta artística – que fica dependente das disponibilidades de cada escola –, não auguram um bom ano lectivo. Limita-se a autonomia pedagógica das escolas e a nova Lei Orgânica do Ministério deixa muitas dúvidas quanto ao apoio à inovação (com a extinção efectiva do IIE), vital para a qualidade educativa no terreno.

Finalmente, destaco a revisão curricular do ensino secundário, suspensa pelo actual ministro, como uma questão muito importante. O Partido Socialista pediu a apreciação parlamentar do decreto de suspensão porque há que explicitar compromissos com novas datas.

As melhorias consagradas na revisão curricular deveriam entrar em vigor neste ano lectivo, nomeadamente reforçando a oferta profissional no ensino secundário, articulando melhor o ensino básico com o 10º Ano, apoiando a orientação vocacional dos jovens.

O ensino secundário precisa de soluções e não pode continuar na mesma indefinidamente.

Em seu entender, qual a atitude que o actual maioria de direita mantém face ao sector educativo?

Assistimos a um divórcio atrapalhado. A Educação está a ser submetida a duas fortes pressões. Por um lado, a pressão financeira. O Governo quer economizar, mas este não é um sector em que se possam fazer economias, sob pena de pagarmos um alto preço amanhã pelas poupanças de hoje.

Por outro lado, a Educação está a sofrer uma pressão conservadora, de reconstituição de uma escola selectiva que julgávamos ultrapassada no tempo.

Assistimos, por exemplo, ao desfazer, ao extinguir dos organismos mais inteligentes do Ministério da Educação, capazes de apontar caminhos para a melhoria das condições de ensino e formação em Portugal.

Antes das férias parlamentares o Governo apresentou três diplomas, nomeadamente, o Estatuto Disciplinar do Aluno do Ensino Não Superior; a Lei de Avaliação do Ensino Não Superior e o Regime Jurídico do Ensino Superior. Estamos perante um superavit legislativo?

Estamos perante uma mão cheia de propostas feitas à pressa, para cumprir o calendário político que tinham anunciado e mostrar que o Governo é capaz de decidir e fazer mais em menos tempo.

Enfrentamos um grande *qui pro quo*. Veja-se que todos estes diplomas foram apresentados

sem a prévia e necessária audição dos parceiros. No caso do Regime Jurídico do Superior, essa será, talvez, a proposta mais consistente, já que marca ruptura com o que estava a ser feito e por isso foi votada desfavoravelmente pela bancada socialista.

Quanto ao ensino básico e secundário, tive ocasião de criticar em plenário a designação adoptada de Não Superior, porque a lei de bases estabelece formas de nomeação correctas, que não permite uma desvalorização através da definição pela negativa.

É necessário falar-se com propriedade, referindo o pré-escolar, básico e secundário, uma vez cada um destes graus de ensino tem uma identidade, objectivos e a sua importância, que não é pouca, porque se não houver qualidade nas primeiras fases da educação, também não haverá qualidade na formação superior.

Relativamente ao Estatuto do Aluno, estamos perante um *remake* da anterior legislação. Retoma-se 90 por cento do diploma que já existia, sendo que as novidades são más.

A proposta remete para as questões de disciplina aquilo que só pode ser resolvido pela organização da escola e pelo seu funcionamento.

Acresce dizer que quando o Governo socialista criou o Estatuto do Aluno pretendia que a escola e a comunidade educativa tomassem consciência da importância da elaboração conjunta de regras direitos e deveres escolares. Na proposta do actual Executivo há um afastamento dos pais em relação à vida da escola e o Estatuto é visto como um facto consumado, pervertendo-se por completo a espírito que presidiu à criação desta norma.

O diploma sobre a avaliação demonstra claramente a vontade de cumprir calendário político, porque o ministro ainda não sabe qual vai ser a orgânica do ministério da Educação, portanto tudo é muito vago. Não é especificado que tipo de avaliação se pretende, nem quem a faz, como será devolvida às escolas e quais serão as suas consequências.

Assim, deita-se a perder todo o trabalho de avaliação realizado e as competências atribuídas.

Muito se tem criticado a atitude arrogante do Executivo Durão/Portas em diversos sectores da vida nacional. Tem-se sentido essa arrogância também na Educação?

Sim, claramente. Este Governo tem sido fértil em decisões que vamos pagar muito caro, porque leva muito tempo a construírem-se competências, a criarem-se organismos consequentes – estou a lembrar-me, por exemplo da injustificada e absurda extinção do Instituto de Inovação Educativa (IIE).

Extinguir para dizer que tudo o que foi feito foi mal feito é fácil. Mas, é preciso não esquecer que os organismos e as instituições não são pertença de um ministro, que não sabe ele nem nós quanto tempo estará na tutela.

É claro que ele pode e tem legitimidade para imprimir as suas orientações. Porém, a extinção de organismos é uma medida drástica

que deve ser fundamentada e justificada com rigor perante os parceiros.

O Governo parece ter esquecido que estamos numa democracia e temos o direito de saber porquê se hipoteca o trabalho desenvolvido durante muitos anos, como o caso do IIE, que foi constituído, curiosamente, em tempos do professor Cavaco Silva.

Alguma Imprensa tem acusado o PS de fazer uma branda e até fraca oposição às políticas educativas do PSD/PP. Concorde com esta visão?

Não, não concordo. Nem vejo o que é que se podia fazer de diferente. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nestes meses, para além de apresentar à mesa da Assembleia da República um conjunto enorme de requerimentos, que ainda não foram respondidos; organizou uma audição pública sobre a extinção do IIE; apresentou um pedido de apreciação parlamentar sobre a suspensão da revisão curricular.

Por outro lado, temos tentado, eu própria e outros camaradas deputados, escrever para a Imprensa e fazer intervenção no plenário que não são brandas, muito pelo contrário, são extremamente críticas.

O GP/PS tem estado desenvolvido uma vigilância permanente. Nesse sentido, organizámos um debate/balanço da política educativa que tem sido seguida pelo Governo. Estamos a criar um *site* na Internet onde estão todas as intervenções, servindo de meio de contacto para todos aqueles que, em Portugal País, se interessam pela área da educação. E a partir do corrente mês, eu própria, como coordenadora destas questões vou fazer uma ronda pelo País.

No partido criou-se uma secção de educação em Lisboa, que não havia. Portanto, acho que é visível que estamos a reorganizar as nossas forças para fazermos uma oposição forte, mas responsável. O nosso caminho não é votarmos contra tudo o que o Governo propõe. É preciso que se note que quando nos abstivemos na votação do Estatuto do Aluno e da Lei da Avaliação não estávamos a retirar importância a este tema. Entendemos sim que é preciso trabalhar mais sobre esses diplomas, mas não concordámos com o que era proposto. Assim, na generalidade optámos pela abstenção. Depois, na especialidade, após as alterações feitas ou não, votaremos a favor ou contra.

Mal chegou ao Governo, o ministro Pedro Lynce anunciou a intenção expressa de revogar a Lei de Organização e Ordenamento do Ensino Superior. Qual é a leitura que faz desta atitude?

É fundamentalmente uma vontade de contrariar tudo o que foi feito durante os governos do PS e marcar a diferença.

Evidentemente que havia problemas e é sempre possível melhorar, mas é significativo o modo abrupto com que este Executivo entrou em funções, falando com voz grossa e fazendo anúncios ameaçadores e quase bélicos, nalguns casos, em relação aos quais tem vindo posteriormente a recuar.

Penso que o ministro sofreu uma clara e dura derrota no Parlamento, porque ouviu críticas de todas as bancadas.

Os diplomas apresentados não foram bem elaborados ou fundamentados.

Para além disso, na Educação, a continuidade é um valor essencial, visto que tanto as instituições quanto os seus profissionais estão já cansados de andar ao sabor de equipas governativas.

Quando se pretende alterar o estado de coisas, é preciso proceder a uma avaliação e fundamentar as mudanças. Tudo o que são medidas de fundo tomadas nas semanas seguintes à tomada de posse são dignas de desconfiança, porque não há tempo útil para haver um trabalho sério de análise da situação e de propostas criteriosas.

Uma das medidas propagandeadas pelo Governo passa pelo encerramento de todas



as escolas com menos de dez alunos. O que é que o PS tem a dizer sobre isto? Qual a alternativa a esta lógica economicista?

A legislação que está em vigor data de 1988, do tempo do ministro Roberto Carneiro, e prevê o encerramento de escolas com menos de dez alunos com um certo número de condições que têm a ver com um certo número de quilómetros de distância, com a concertação com as autarquias e com as comunidades. O PS foi, ao longo de seis anos, aplicando essa lei. Fechámos escolas em lugares que claramente estavam a perder população e que não teriam condições futuras para desenvolver uma escola. Mas avançámos para centros escolares que oferecem melhor educação às crianças, procurando a colaboração das câmaras municipais relativamente aos transportes.

A nossa estratégia procurou concertar esta solução com o próprio ordenamento do território.

As escolas com menos de dez alunos são consequência de alguns fenómenos associados ao desenvolvimento de certas regiões, pelo que é um problema que deve ser sempre discutido com os parceiros com responsabilidades no ordenamento territorial.

O anúncio do ministro é, mais uma vez, um artifício bombástico que não vai ter tradução, uma vez que já no passado recente se fechavam, todos os anos, muitas escolas à luz da legislação em vigor.

Se o sistema de avaliação das escolas levanta muitas dúvidas quanto aos métodos, aos agentes e às consequências que poderá ter no sistema educativo, outra questão

polémica prende-se com o silêncio em torno da questão da avaliação dos docentes. Como se explica isto?

Num aparte, perguntei ao ministro se esse silêncio teria a ver com uma sujeição a interesses corporativos.

Trata-se de uma questão de facilidade. Os sindicatos têm sérias reservas sobre a avaliação dos professores. Acresce que este é um tema difícil, porque para que a avaliação seja, realmente, o reconhecimento dos melhores e seja útil para a qualidade do trabalho que se desempenha, não pode ser um ajuste de contas local, não pode submeter-se a grupos e amizades.

Tem que se encontrar a forma de avaliar sem

O Governo fala de simplificação dos processos disciplinares. Estamos perante uma forma "simplista" de lidar com os problemas comportamentais dos alunos?

Enquanto secretária de Estado do anterior Governo, fui à Assembleia da República falar sobre o Estatuto do Aluno e, já em 2000, referi a necessidade de simplificar alguns procedimentos.

A simplificação que se propõe é perigosa e foi bastante criticada pelos deputados, já que nas situações mais graves de indisciplina não convém intervir a quente.

Para que as coisas se passem com justiça, às vezes é aconselhável deixar passar dois ou três dias, ainda que possam ser aplicadas as medidas cautelares que já estavam anteriormente previstas.

Convém, pois, simplificar os processos disciplinares, mas sem cair em excessos.

A proposta governamental para o Estatuto do Aluno refere-se a "situações de ilícito na escola", circunscrevendo a este recinto e apenas a ele uma espécie de acção penalizadora. Como encara esta territorialização de responsabilidades.

Parece-me que estamos perante uma concepção de escola fechada, acética, defensiva, um pouco à imagem do colégio interno, onde as regras vigoram apenas paredes para dentro.

Esta é uma concepção extremamente perigosa. Cada instituição social tem a sua responsabilidade, mas a escola é matricial na educação dos jovens e é por isso que se tornou o centro das políticas, se inscreveu na comunidade educativa, e tudo quanto nela se faz deve ser interiorizado pelos alunos como regras de comportamento na sua vida. Há quem diga que se trata de explicitar proibições que existem noutros diplomas. Acho que é um preciosismo, porque os jovens sabem que é ilícito, por exemplo, consumirem drogas e não só na escola.

A ideia do Governo assenta na estratégia do cada um por si, mas o meio escolar proporciona aos alunos, desde muito cedo, uma das poucas e mais valiosas experiências universais.

A escola não é apenas um espaço de instrução. Ela é um lugar privilegiado de formação de cidadãos que, é claro, deve interagir e articular-se com outros espaços sociais.

A escola que o Governo propõe não é a nossa escola democrática.

Como é que isso se faz sentir a nível de reorganização curricular do ensino básico?

As medidas anunciadas neste campo ainda estão muito pouco explicadas. Mas, as três alterações avançadas são todas gravosas e terríveis.

Em primeiro lugar, retira-se às escolas a liberdade de gestão das horas, voltando ao sistema rígido. A segunda novidade prende-se com a diminuição do número de professores no estudo acompanhado e na área de projecto. Por fim, a terceira mudança é a não obrigatoriedade de se ministrarem pelo menos uma expressão artística para além da educação visual.

As poupanças do Governo estão a tornar a escola portuguesa mais pobre e mais incapaz de responder aos desafios da sociedade actual.

MARY RODRIGUES

EDUCAÇÃO

INÍCIO DO ANO LECTIVO SOB PROTESTOS

Educadores de infância de Braga e Oliveira do Bairro receberam o ministro de Educação com assobios e palavras de ordem por se sentirem "menorizados" face a outros docentes e pela "má-fé" revelada na negociação do novo calendário lectivo. Para Outubro ficou anunciada uma greve e amanhã realizam-se plenários distritais.

Explicando o protesto, Luís Lopo, do Sindicato de Professores da Região Centro, disse que David Justino "esconde à opinião pública as verdadeiras" razões por que alongou o calendário do pré-escolar.

"Pretende passar a imagem de que actuou para facilitar a vida aos pais, quando, no fundo, pretende evitar transferências de verbas para as autarquias para que estas possam contratar animadores de tempos livres", afirmou.

Segundo o sindicalista, "o que se pretende é minorizar os educadores de infância,

impondo-lhe também tarefas que cabem aos auxiliares de educação e aos animadores de tempos livres".

Também em Braga, uma manifestação com cerca de 500 pessoas protestava contra o alargamento do calendário escolar.

Entretanto, esgotaram a nível nacional os boletins de candidatura aos miniconcursos de professores, acabando o Ministério de Educação por aceitar que seja utilizada uma fotocópia certificada pelos Centros de Área Educativa.

O que o Ministério não aceitou foi dar mais um dia aos docentes para procederem à candidatura.

Socialistas contra obstrução da direita

Os deputados do PSD e PP "obstruem sistematicamente" a ida do ministro da



Educação, David Justino, à respectiva comissão parlamentar, por isso, a bancada socialista protesta.

A deputada do PS Ana Benavente considera que, se o "ministro se disponibilizou para vir à comissão sempre que necessário, não se percebe que os deputados que representam os partidos do Governo o impeçam".

Recorde-se que a coordenadora pela parte do PS da Comissão Parlamentar de Educação apresentou um requerimento para audição do ministro sobre a reabertura do ano lectivo e o regresso da religião e moral ao ensino básico, mas o documento foi inviabilizado pela maioria de direita.

M.R.

CÓDIGO DO TRABALHO

CENTRAIS REITERAM CRÍTICAS AO DIPLOMA

O anteprojecto de Código do Trabalho continua a ser alvo de todas as críticas por parte das centrais sindicais. O secretário-geral da UGT considera a proposta governamental "uma declaração de guerra aos trabalhadores", que "tem imensos aspectos inaceitáveis", enquanto do lado da CGTP o seu coordenador Carvalho da Silva denuncia que "o Governo tem uma estratégia de agitação para evitar o esclarecimento" sobre o diploma.

"Temos um momento de negociação até Outubro e depois compete ao Governo apresentar uma proposta de lei na Assembleia da República. Vamos ler a proposta e tiraremos daí as devidas ilações", afirmou João Proença, no final de uma reunião do Secretariado Nacional da central.

"Se nada for alterado a UGT pode ir para as ruas com a CGTP, se assim for necessário", avisou.

A proposta do ministro Bagão Félix "tem imensos aspectos inaceitáveis" que "põem em



causa várias conquistas democráticas", acrescentou.

O líder da central da Buenos Aires referiu-se ainda às críticas dos empresários à actual proposta, salientando que há duas interpretações a fazer: "Uma das interpretações é estratégica, sabem que o projecto favorece o seu poder e tentam dizer que não para que não seja revisto. É um ajuste de contas com o 25 de Abril"

A outra interpretação, referiu, "é a de que este projecto corresponde aos interesses reais das empresas em termos de adaptabilidade, melhoria das habilitações profissionais e tudo o que aumente a sua competitividade".

O secretário-coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, por sua vez, alerta para o facto de o Governo estar a evitar o esclarecimento sobre o anteprojecto, substituindo-o por "sessões de propaganda e contra-propaganda".

Falando num plenário de activistas e delegados sindicais em Coimbra, Carvalho da Silva anunciou a realização no dia 1 de Outubro de um "cordão humano pela solidariedade e trabalho com direitos", que terá lugar nas diversas cidades do País, no quadro da intensificação da luta contra um código laboral que é o mais conservador e reaccionário que existe na Europa.

J. C. CASTELO BRANCO



FRANCISCA MASCARENHAS

INTEGRAÇÃO E VIDA DIGNA PARA OS IMIGRANTES

Se pudesse teria corrido às urnas naquele 17 de Março para dar o seu voto ao Partido Socialista e ao seu líder. Francisca Mascarenhas é uma cidadã cabo-verdiana e, com a sua adesão ao PS, pretende dar voz a muitas vozes que não são ouvidas.

Confiante no projecto que Ferro Rodrigues apresentou aos portugueses e aos estrangeiros residentes no País, esta jovem advogada e militante socialista espera que, ao voltar ao poder, o PS não esqueça os imigrantes, como não o fez no passado. Ela também não os esquece. Por isso, propõe-se levar por diante um projecto de apoio jurídico gratuito para a comunidade africana da Cova da Moura.

Nunca tinha sido militante partidária e, apesar de simpatizar “desde sempre” com o PS, não tinha sentido a necessidade nem o dever de filiar-se.

Aos 30 anos, Francisca Mascarenhas, advogada de profissão, respondeu ao apelo lançado por Ferro Rodrigues e, em Março deste ano, após o revés eleitoral das legislativas, assinou a ficha de inscrição no Largo do Rato.

Para esta imigrante cabo-verdiana que reside em Portugal desde os seis meses de idade a sua oficialização enquanto militante socialista foi “um grito de revolta”.

Manifestamente preocupada com a inserção social daqueles que como ela vivem fora dos seus países de origem, esta jovem socialista arregaça as mangas e comenta que tem um projecto de apoio jurídico gratuito, cujo projecto piloto deverá arrancar na Cova da Moura - bairro onde foi criada -, mas para a execução do qual ainda não conseguiu os apoios necessários. Inconformada “pelo facto do PS ter perdido as eleições como as perdeu” e sobretudo pelo “casamento de conveniência entre o PSD e o PP”, Francisca experienciou o que chama de “receio fundamentado e crescente” por si própria e pelos seus conterrâneos, bem como por toda a comunidade imigrante.

“Todos temos direitos adquiridos e o Governo tem estado a mexer neles”, constata a novel militante, referindo-se em particular ao novo código laboral, que, na sua opinião, deixa os trabalhadores numa “situação muito precária”. Francisca Mascarenhas afirma sem hesitar que é no pensamento socialista onde se enquadram melhor os seus ideais e que em Ferro Rodrigues

vê o líder que lhe inspira confiança.

“Eu considero-o um homem íntegro”, reitera, destacando que a derrota eleitoral sofrida pelo PS a 17 de Março último teria sido maior sem o novo secretário-geral e aventurando-se na hipótese “quase segura” de que, se tivesse havido mais tempo de campanha, “teríamos ganho as legislativas”.

Com a humildade de uma militante recente, Francisca lamenta que a “coerência, a verticalidade e o desapego ao poder de António Guterres” o tenham feito demitir-se do cargo

PERFIL

Nome
Francisca Mascarenhas Lopes

Idade
30 anos

Profissão
Advogada

Militância
Inscrição no PS em Março de 2002

Hobbies
Ler, cinema, teatro, passeios a pé

Referências Socialistas
Mário Soares, Jorge Sampaio e Ferro Rodrigues

de primeiro-ministro, permitindo dessa forma que, “desmerecidamente”, PSD e PP assumissem as rédeas do País.

A jovem camarada não escamoteia os erros da governação socialista, mas continua fiel à convicção de que a continuação da administração do PS teria beneficiado os portugueses, Portugal e os cidadãos estrangeiros que nele residem.

“A recuperação extraordinária e a derrota honrosa conseguida pelo líder Ferro Rodrigues não nos deve deixar esquecer os erros cometidos e a necessidade de com eles aprendermos para não voltarmos a reincidir” recomenda Francisca Mascarenhas, que não esconde a preocupação que lhe suscitam as investidas contra as políticas sociais da coligação de direita actualmente no poder.

Os direitos dos imigrantes, que com a governação socialista foram reforçados, estão, na opinião da militante, a ser postos em causa.

“Já nada é seguro, nem para imigrantes, nem para trabalhadores nacionais. Qualquer dia dá-lhes por alterar o texto da Constituição sem explicar bem por quê”, desabafa a jovem jurista para quem a atitude arbitrária e arrogante do actual Executivo não augura nada de bom. Frisando a situação de “excessiva fragilidade” a que os imigrantes são votados, Francisca recorda com orgulho que é membro da mais numerosa das comunidades africanas residentes em Portugal - a cabo-verdiana - e defende que “não basta fazer o favor de não fechar as fronteiras. É preciso criar condições de integração, bem como de dignidade de vida”.

“Os nossos bairros são considerados guetos. As nossas gentes são procuradas para trabalhos ditos desqualificados. Os nossos jovens não têm o devido acompanhamento por parte das instituições”, diz Francisca com um

brilho crítico no olhar, para depois explicar que alguns comportamentos marginais e actos de delinquência tantas vezes associados a imigrantes africanos são também fruto da “negligência e displicência” com que são tratados após a chegada a Portugal.

Mas, objecta, “não é com o fechamento das fronteiras que tudo isto se resolve, como pensam PSD e PP”.

Para Francisca Mascarenhas, a ideia de estabelecer uma quota anual de entrada de mão-de-obra imigrante representa uma regressão às antigas concepções de movimentos migratórios das décadas de 60 e 70, não fazendo qualquer sentido, na medida em que ainda não foram explicitados os critérios com base nos quais se poderá estabelecer esse *numerus clausus* de acolhimento.

“O Governo de um país de acolhimento deve zelar também pelo bem-estar dos seus imigrantes” reivindica Francisca, para quem “o PS é capaz, pelo ideário que defende, de fazer mais e melhor nesta matéria”.

Disponível para engrossar as fileiras socialistas nas próximas batalhas políticas, Francisca espera que os deputados do PS na Assembleia da República “lutem por impedir, na medida dos possíveis, as investidas insensíveis da direita e se esforcem por trazer para o debate público a informação correcta, por forma a não deixar que o povo construa uma imagem distorcida dos problemas reais do País”.

O PS pode contar com o esforço de Francisca Mascarenhas em todas as frentes, mas esta militante cabo-verdiana, assumindo-se como representante de uma comunidade imigrante, espera contar com o PS para a defesa dos direitos sociais dos que procuraram em Portugal uma segunda pátria.

MARY RODRIGUES

MÁRIO SOARES

GUERRA CONTRA O IRAQUE SÓ EM ÚLTIMO RECURSO

Uma guerra contra o Iraque só deve ser desencadeada depois de aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob a sua égide, e após terem sido esgotados todos os meios de negociação e de diálogo diplomático, considerou o ex-Presidente da República, Mário Soares. A mesma posição foi expressa pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, que sublinhou o papel fundamental do Conselho de Segurança das Nações Unidas na resolução do problema, devendo, entretanto, ser dada toda a prioridade à diplomacia.

Na opinião de Mário Soares, que se mostrou crítico com algumas das fórmulas utilizadas por George Bush, a luta contra o terrorismo pressupõe que sejam atacadas as suas origens, isto é, a pobreza, a injustiça e a falta de horizontes de que sofrem os jovens dos países muçulmanos.

"O terrorismo – disse – deve combater-se com inteligência, espírito de equidade, atenção às regras do Direito Internacional, vontade de diálogo e sem arrogância".

O eurodeputado considera que a guerra contra o terror lançada pelos Estados Unidos não terá sido a estratégia mais adequada. "A operação contra o Afeganistão levou ao derrubamento do odioso regime dos talibans, com o beneplácito do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas Bin Laden e o Mullah Omar não foram ainda encontrados nem mortos. E o mundo poderá perguntar-se: o que será o futuro do povo Afegão, depois de tantas desgraças e



devastações?", afirmou.

Quanto ao caminho que neste combate devem seguir os Estados Unidos, a Europa e a NATO, considerou que a União Europeia tem estado muito omissa no plano internacional e que deve tomar iniciativas anti-terroristas, procurando repor o Direito Internacional ofendido e implicando para tanto as Nações Unidas. "Quanto à NATO como organização defensiva,

não me parece que deva imiscuir-se na guerra contra o terrorismo no plano global. A ONU sim", sublinhou.

Mário Soares disse ainda que os acontecimentos trágicos do 11 de Setembro constituíram um motivo inesperado de horror, de repulsa imediata e, depois, de fundíssima preocupação. "Não creio, no entanto, que fosse o fim do mundo. Apenas os grandes problemas de que

ele já sofria tornaram-se mais agudos e prementes. Os Estados Unidos como hiperpotência deixaram de ser invulneráveis. As relações com o mundo islâmico tornaram-se mais complexas e difíceis. Ficámos todos com a responsabilidade, na nossa limitada esfera de acção, de evitar que não voltemos ao tempo das guerras de religião".

Admitir os inspectores da ONU

Para o responsável pelas Relações Internacionais do PS, José Lamego, uma acção militar contra o Iraque de forma alguma deveria ser encarada como prioridade, devendo o primeiro passo ser a admissão dos inspectores das Nações Unidas e a sua liberdade de movimentos no Iraque.

Se houver uma guerra sem o consentimento do Conselho de Segurança, isso será um forte factor de descredibilização das Nações Unidas e o primado da força sobre as regras do Direito Internacional.

Do ponto de vista interno, José Lamego considera que o Governo deve respeitar os mecanismos constitucionais e de transparência democrática e ir à Assembleia da República explicar a sua posição. Considera também que essa posição se deve coadunar com aquilo que tem sido o perfil político-diplomático de Portugal desde o 25 de Abril, que é o de um alinhamento com as posições das Nações Unidas e a defesa de uma regra de multilateralismo na regulação das questões internacionais.

DÉFICE

GOVERNO LANÇA PAÍS NA RECESSÃO

Mesmo com o risco de provocar uma recessão no país, o Governo pode vir a adoptar mais medidas de austeridade, admitiu, de forma surpreendente, a ministra da Economia e Finanças, Manuela Ferreira Leite. O Governo reconhece assim a sua incompetência para resolver o défice sem ser através do sacrifício dos portugueses, fazendo-os pagar com os seus erros uma pesada factura, além de que o cenário da recessão dificultará depois a recuperação económica.

A possibilidade do país entrar em recessão foi divulgada após uma reunião dos ministros da Economia e Finanças da União Europeia, em Copenhaga, tendo a ministra reconhecido que o abrandamento da actividade económica na Comunidade poderá levar à adopção de novas medidas de austeridade, para que sejam cumpridos

os valores abaixo dos 3 por cento estabelecidos no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Ao contrário do que está a acontecer na era Durão Barroso/ Paulo Portas, o crescimento da economia nacional durante os governos do PS esteve sempre, apesar das dificuldades da conjuntura internacional, acima da média comunitária. O novo Governo invoca agora a conjuntura internacional, desenvolvimentos negativos no investimento e retracção no consumo, embora a actual situação económica do país se tenha agravado devido à crise de confiança que se instalou com a governação do primeiro-ministro Durão Barroso. O feitiço volta-se assim contra o feiticeiro, com razões de sobra para classificar este Governo não só pela sua incompetência, mas também pela sua



insensibilidade social. Iniciou-se com a coligação de Direita a era dos cortes cegos, dos despedimentos e encerramento de empresas, dos bloqueios económicos, da incerteza e dos erros de previsão na cobrança dos impostos e até já da contabilidade criativa.

O comissário europeu Pedro Solbes já reconheceu que, com a deterioração da conjuntura, que certamente piorará se entretanto se consumir a guerra contra o Iraque, o crescimento na União Europeia será inferior a 1 por cento, e aludiu indirectamente, pela primeira vez, à possibilidade de flexibilizar o objectivo de atingir o equilíbrio orçamental em 2004 para os países com défices elevados como Portugal, a Alemanha, a França e

a Itália. O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, fez, em Lisboa, declarações no mesmo sentido, afirmando que o Pacto de Estabilidade já tem flexibilidade suficiente, ou seja, que existe alguma benevolência para com os países que apresentem défices excessivos.

A quebra do crescimento económico, de acordo com dados revelados na última semana, poderá levar inclusivamente aquele que é considerado um dos modelos de estabilidade orçamental, a Alemanha, a ultrapassar em muito os três por cento de défice fixados no Pacto de Estabilidade e Crescimento, podendo mesmo atingir os 3,9 por cento.

P.P.

Em Outubro, os irlandeses serão de novo chamados a pronunciar-se em referendo sobre a ratificação do Tratado de Nice, que permitirá o alargamento da União Europeia a dez novos países, ou o dificultará se o resultado for negativo. Em entrevista ao "Acção Socialista", o presidente da Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage, considera que a actual conjuntura não ajuda muito, já que a economia irlandesa abrandou, os preços subiram e a contestação dos agricultores à proposta de reforma da PAC tem subido de tom.

A Irlanda é o único país da União Europeia a decidir ratificar o Tratado de Nice por referendo. Não há aqui uma desigualdade perturbadora em relação aos outros Estados membros?

É a escolha da Irlanda. Todas as ratificações têm sido por via referendária e agora adoptaram o mesmo esquema. Os franceses também já o fizeram para o Tratado de Maastrich, o que originou uma batalha acesa, tendo o "Sim" ganho por uma escassa maioria. Nós, em Portugal, é que nunca experimentámos o referendo, devido a reservas constitucionais e também de ordem política.

E Portugal devia fazer um referendo em relação à futura Constituição europeia?

Portugal deverá escolher um momento em que a construção comunitária possa ser referendada pelos eleitores. A futura constituição europeia talvez seja um momento interessante para o fazer.

A Irlanda é um país que deve, em boa parte, o seu acelerado crescimento económico e evolução à União Europeia. A participação de apenas 35 por cento dos eleitores no anterior referendo revela desinteresse perante a Europa. Será esta indiferença



CARLOS LAGE AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

CONJUNTURA DIFICULTA "SIM" NO REFERENDO IRLANDÊS

Além do Tratado de Nice expirar se não for ratificado até final do ano, que consequências poderão advir para a União Europeia internamente e para os candidatos à adesão?

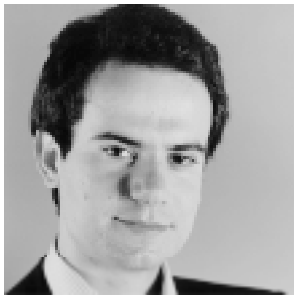
A União Europeia está a fazer tudo para cooperar com a Irlanda para que o "Sim" triunfe e o Governo irlandês tem estado fortemente empenhado para que não haja nenhum sobressalto. No entanto, têm surgido novos elementos no debate que podem ser desfavoráveis ao "Sim", como o abrandamento da economia irlandesa, a subida dos preços e a contestação dos agricultores às propostas de reforma da PAC. Esperemos que o "Sim" triunfe, porque o Tratado de Nice dá garantias aos países mais pequenos. Mas duvido que as negociações com os candidatos estejam prontas até final do ano, devido essencialmente às dificuldades que existem nos dossiês da agricultura e fundos estruturais, e respectivos financiamentos. Tecnicamente, a adesão dos dez Estados não está completamente condicionada pelo Tratado de Nice. Poderiam aderir 5 ou 6 países. Já a adesão dos dez coloca muitos problemas. Se vingar o "Não" há que encontrar outra saída. Quanto ao futuro, é preciso saber se a

ratificação da adesão de novos Estados tem de ter a unanimidade, com o inerente risco de bloqueio, ou se é preferível avançar-se para outro tipo de tomada de decisão.

A Europa já teve vários destes sobressaltos provocados por referendos. Serão eles úteis ou um factor de erosão do processo de construção europeia?

São sobressaltos inevitáveis, porque se trata de velhas nações que agora estão num processo de unificação à escala do continente. É natural que haja avanços e recuos. Mas para ultrapassar essa falta de participação dos europeus nos processos eleitorais temos de contar com o tempo e com a formação de uma identidade e consciência europeia, que se irá forjando nas escolas e através da Comunicação Social. Se a Europa continuar a dar provas de coesão interna, a desenvolver-se na ciência e na tecnologia e se tiver uma só voz no mundo, haverá lugar para a consolidação progressiva de uma cidadania europeia. Para isso é preciso também haver instituições políticas em que os europeus se possam reconhecer e eles saberem, quando votam, para o que estão a votar.

P.P.



SÉRGIO SOUSA PINTO

CIDADANIA EUROPEIA NÃO PODE IGNORAR DIREITOS SOCIAIS

hoje depara com obstáculos, quer quanto à construção do futuro modelo institucional da União.

Assim, relativamente ao direito de voto e de elegibilidade nas eleições europeias e locais, considerou que um dos motivos que leva a uma fraca participação dos europeus é a falta de informação e os curtos períodos de recenseamento previstos pelos Estados-membros.

Defendeu também a integração na futura Constituição Europeia da Carta dos Direitos Fundamentais e exortou, por outro lado, o Conselho a adoptar a proposta de directiva da Comissão relativa ao estatuto jurídico dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração, de forma a que essas pessoas possam gozar em matéria de emprego, educação e segurança social, de direitos semelhantes aos dos cidadãos da União Europeia.

Falta a igualdade de oportunidades

Intervindo sobre o mesmo tema como relatora

do parecer da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades, a eurodeputada Helena Torres Marques começou por lamentar que não tivesse sido introduzida no relatório a dimensão da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e, sobretudo, que ele não apresente directrizes nem indicadores orientados para as questões relativas ao género.

Em contrapartida, congratulou-se com algumas das acções entretanto aprovadas, mas que urge serem concretizadas. "Em primeiro lugar - disse -, a Carta dos Direitos Fundamentais que, baseada nos princípios da dignidade humana e da igualdade entre homens e mulheres, deverá servir de enquadramento para a defesa dos direitos fundamentais de homens e mulheres na União. Também o programa DAPHNÉ, criado para proteger os direitos das crianças, dos adolescentes e das mulheres enquanto cidadãos, deve continuar a ser utilizado como instrumento para reforço da cidadania europeia".

RELATÓRIO SOBRE CONTAS DE 2001 ATRIBUÍDO A PAULO CASACA

O relatório sobre a Quitação do Orçamento Comunitário de 2001 será elaborado pelo eurodeputado Paulo Casaca, nomeado pela Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.

No relatório, o deputado fará a avaliação dos principais aspectos relacionados com a gestão orçamental efectuada pelo executivo comunitário, inclusivamente sobre eventuais aplicações incorrectas dos recursos financeiros. Este processo culminará em Abril do próximo ano, e é precedido pelas análises da própria Comissão e por auditorias externas do Tribunal de Contas Europeu.

Refira-se que a quitação é o principal poder do Parlamento Europeu e é o instrumento por excelência do controlo da execução do Orçamento Comunitário. Em 1999, a recusa pelo Parlamento Europeu da quitação provocou a queda do executivo, então presidido por Jacques Santer.

ÉVORA**SOCIALISTAS ALARGAM
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**

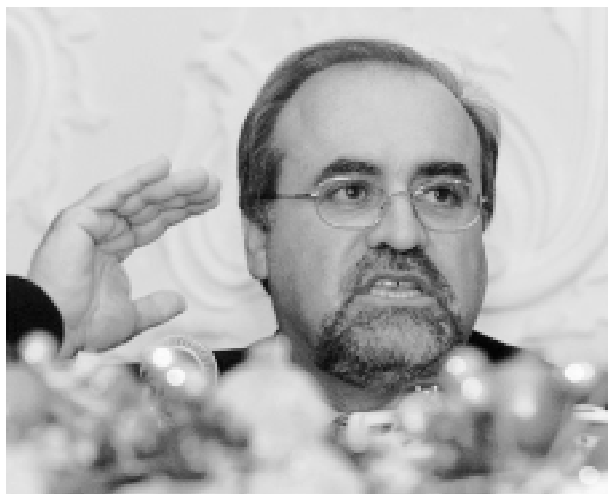
O Conselho Municipal de Segurança de Évora passou a incluir delegados de todas as 19 juntas de freguesia do município, em vez de apenas três, como até hoje acontece.

Foi constituído um grupo de trabalho com um membro de cada uma das três forças políticas na Assembleia Municipal que decidiu que a constituição do conselho municipal de segurança deverá ter em conta as organizações de pais e de estudantes, bem como as minorias étnicas.

Segundo o presidente da Assembleia Municipal, Luís Capoulas Santos, o aumento da representação das freguesias "fez com que o conselho venha a ter 52 ou 53 membros", situando-se assim "no limite da sua própria funcionalidade".

A Assembleia Municipal atribuiu um mandato ao grupo de trabalho para que apresente uma proposta relativamente aos cidadãos independentes que integrarão o conselho. Ainda segundo Capoulas Santos, pretende-se que o conselho passe a exercer melhor as suas funções que a lei lhe atribui, e que vão desde a "reflexão e acompanhamento permanente" das questões de segurança até à "emissão de pareceres ou reformulação de propostas", designadamente para "apresentar sugestões para futura legislação, quer no plano autárquico quer nacional".

Além do presidente da Câmara, que preside ao conselho, este passa a integrar o presidente da assembleia, os presidentes de junta, um representante do Ministério Público e os comandantes locais das forças de segurança locais, entre outros.

**VILA FRANCA DE XIRA****AUTARQUIA QUER CONSTRUÇÃO
DE NOVO HOSPITAL EM TERRENOS
MILITARES**

Os terrenos da Escola da Armada em Vila Franca, podem vir a ser ocupados pelo novo hospital, caso cheguem a bom porto as negociações entre a autarquia e o Governo

Segundo a presidente da Câmara Municipal, Maria da Luz Rosinha, esta "será uma solução mais fácil em termos financeiros" do que inicialmente previsto junto à entrada norte da localidade.

Para que os terrenos até agora ocupados pela Escola da Armada passem para a pertencer ao município, a autarquia vila-franquense está disposta a financiar parte das obras que é preciso desenvolver no Alfeite para transferir para aí as escolas técnicas.

Face à localização privilegiada do complexo militar, Maria da Luz Rosinha aludiu na última reunião da autarquia à hipótese de o novo hospital poder vir a ser construído nos terrenos da Escola da Armada, com as alegadas vantagens de o terreno ser "menos acidentado do que o outro que estava reservado para a futura unidade, na entrada norte da cidade, e estar bastante próximo da Auto-Estrada do Norte e logo à saída do N6 de Vila Franca de Xira".

GAIA**EXECUTIVO LARANJA
ACUSADO DE DESPESISMO**

A vereação do PS da Câmara Municipal de Gaia propôs, em reunião privada do Executivo, o lançamento de um "inquérito rigoroso" às obras por empreitada, acusando a autarquia de falta de planeamento e despesismo no seu lançamento.

Segundo o vereador socialista Barbosa Ribeiro, "o lançamento de obras atabalhoadamente e sem planeamento no terreno provoca atrasos na sua execução, originando revisões de preços que se traduzem num grande prejuízo para a autarquia". Os socialistas defendem ainda que "seria melhor lançar menos obras, mas com mais segurança e rigor, quer do ponto de vista do projecto, quer da execução e fazer menos folclore para a comunicação social".

Os atrasos verificados nas obras devem-se, segundo os socialistas "à falta de pagamento aos empreiteiros e às obras lançadas sem critério, com projectos de última hora feitos em cima do joelho, sem ter o terreno disponível".

Outra questão levantada pelo PS tem a ver com o facto da autarquia "ter herdado em 1997 um défice de 3,5 milhões de contos, que actualmente já atinge 20 milhões de contos", o que poderá levar a uma situação de "falência técnica" da autarquia.

**BARREIRO****CÂMARA DEFENDE
REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
DO POLIS**

O Executivo socialista da Câmara Municipal do Barreiro quer que o Sistema de Informação para Gestão Ambiental e Conservação da Natureza (SIGAnat) passe a ser financiado pela componente 4 do Programa Polis. Este sistema de informação permite, através de um modelo matemático, saber qual o grau de poluição do ar em qualquer cidade, com base nos dados recolhidos no Barreiro.

A intenção de apresentar a candidatura foi aprovada recentemente e abrange uma verba de 500 mil euros, visando disponibilizar na Internet dados sobre a qualidade ambiental, bem como, nas palavras do vereador Carlos Maurício, "sensibilizar as populações para o papel que têm na melhoria dos índices em análise".

O vereador socialista explica ainda que "apesar de não estar regulamentada, esta vertente da componente 4 do Polis diz respeito precisamente à monitorização da qualidade do ar e à sensibilização das populações para estas questões".

ODEMIRA**ACHADOS
ARQUEOLÓGICOS
PARA OBRA**

A Câmara Municipal de Odemira decidiu contactar o Instituto Português de Arqueologia (IPA), após a descoberta, na zona exterior ao edifício do Cineteatro local, de níveis arqueológicos dos períodos medieval, romano e mesmo anteriores à romanização.

A deslocação dos técnicos do IPA veio confirmar a existência de material cerâmico, de origem mediterrânica, cujos estudos irão permitir conhecer as ligações comerciais que Odemira estabelecia antigamente.

Na sequência da política de salvaguarda e investigação do património histórico-arqueológico do Executivo socialista, a autarquia decidiu suspender as obras no exterior do cineteatro possibilitando os estudos do material encontrado.

A zona em questão situa-se no topo da encosta Norte do Cerro do Castelo, cuja ocupação humana se verifica, desde há mais de 2000 anos.

O Dr. Paulo Portas, para lá da reconhecida retórica que o caracteriza e identifica, predominantemente assente em trocadilhos de valor residual, não foi ainda capaz de dar nenhuma explicação satisfatória para as acusações que lhe são formuladas.

No comunicado que acaba de emitir, sobre a mais recente polémica gerada em torno do envolvimento de Paulo Portas no caso Moderna, o Ministério Público afirma: *"...a factualidade que consta dos autos pode ser e tem sido valorada em perspectivas diferentes que não a da responsabilidade penal."*

Esta é porém uma realidade alheia à actuação dos magistrados do Ministério Público..."

Parece-me verdadeiramente exemplar a "informação" que por esta via é dada pelo Ministério Público e é sobre ela que me tenho vindo, desde há alguns meses a esta parte, a pronunciar.

Enquanto dirigente político é-me relativamente indiferente que o cidadão Paulo Portas seja penalmente condenado. Acredito na força da justiça em Portugal, na prevalência do Estado de Direito, e, portanto, sei que no quadro das regras jurídicas que orientam a nossa sociedade (e só nestas) não deixará de ser feita justiça.

O problema é outro; - é claramente um problema de carácter e de ética política.

O que nos deve preocupar é se, no quadro das suspeitas que recaem sobre o Dr. Paulo Portas (independentemente da sua futura comprovação e, conseqüentemente, adequado procedimento incriminatório), é legítimo nada fazer no plano estritamente político.

Dou obviamente como adquirido que os políticos, porque têm as suas vidas mais expostas à devassa pública, estão obrigadas a regras de comportamento e de carácter mais rigorosas que o comum dos cidadãos.

Exemplos de que assim é não escasseiam, de resto, na nossa recente história política democrática.

Acresce que o Dr. Paulo Portas, para lá da reconhecida retórica que o caracteriza e identifica, predominantemente assente em trocadilhos de valor residual, não foi ainda capaz de dar nenhuma explicação satisfatória para as acusações que lhe são formuladas.

É ou não verdade que o Dr. Paulo Portas exerceu funções numa instituição do Grupo Moderna e que, como contrapartida dessas funções, foi generosamente pago?

É ou não verdade que peritos insuspeitos detectaram e testemunharam a existência de documentos comprometedores para o Ministro que, no limite, comprovariam o desvio de avultados fundos da instituição universitária para o domínio de interesses particulares?

É ou não verdade que, peritos insuspeitos detectaram e testemunharam, a existência de registos contabilísticos que associam despesas da instituição, à prestação de serviços ao partido e à pessoa do Dr. Paulo Portas?

Sobre a veracidade destes factos parece não haver dúvidas. O próprio Ministério Público o confirma, de certo modo, embora não tenha atribuído, para já, a esses factos a necessária relevância penal.

O ónus da prova, no plano político, pertence pois ao Dr. Paulo Portas.

Em vez de se refugiar na afirmação "circense" de que não prestará mais declarações sobre o assunto, o ministro deve comprovar inequivocamente que não beneficiou de nenhum dos actos identificados nos

VISTO DE BRUXELAS

PAULO PORTAS E O "CASO MODERNA"

autos, pelos peritos independentes, e, para além disso, que desconhecia totalmente a existência desses factos e dos respectivos documentos, mesmo daqueles onde supostamente consta a sua própria assinatura.

Não é uma tarefa fácil, mas essa é uma tarefa que só o Dr. Paulo Portas pode realizar.

Esteve bem, pois, o Partido Socialista quando recentemente introduziu esta matéria na sua agenda política, sobretudo se o fez, como é minha convicção, mais para obter uma necessária condenação política do que uma virtual arguição penal. Não sei se a eventual demissão do Governo do Dr. Paulo Portas fragilizará ou não o Executivo.

Há sectores muito responsáveis do PSD, que desajando-a ardentemente, não se pronunciam, antes pelo contrário, pela tese do enfraquecimento.

Mas sei que mais importante do que evitar uma crise do Governo é evitar uma crise do próprio Estado.

E ninguém tenha dúvidas: a novela Paulo Portas, a continuar como até agora, acabará inevitavelmente por enfraquecer o próprio Estado e gerar dificuldades no normal funcionamento das nossas instituições democráticas.

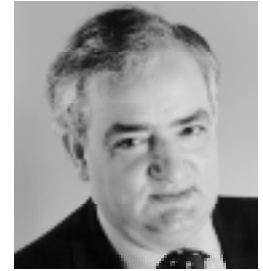
Três cenários são possíveis:

- no 1º, o Dr. Paulo Portas comprova que não beneficiou de quaisquer dos factos que resultaram dos actos materiais inequivocamente praticadas pela Moderna e também que não teve conhecimento prévio da concretização desses actos.

Estaremos neste caso na presença de uma enorme cabala contra o ministro da Defesa e, na altura oportuna, teremos todos de nos curvar perante a sua excelsa virtude.

- no 2º, o Dr. Paulo Portas é constituído arguido e o processo deve seguir o seu curso normal, obviamente com a imediata demissão do ministro da Defesa, sejam quais forem as conseqüências para o Governo.

- no 3º cenário, tudo continuará como até agora, com o Dr. Paulo Portas a usar a sua conhecida habilidade verbal, para ocultar a potencial gravidade dos seus comportamentos e, neste caso, é legítimo que nos questionemos sobre a natureza do nosso regime e algumas das armadilhas do nosso sistema judicial. Neste cenário - infelizmente o mais provável - nenhuma saúde resultará para o sistema político democrático. Por isso, quaisquer que sejam as conseqüências, o PS não poderá ficar calado.



MANUEL DOS SANTOS

Este é um tempo de descrença. Descrença na palavra de quem prometeu baixar impostos e depois os aumentou; desconfiança em relação a quem nada disse sobre o crédito bonificado à habitação e depois o eliminou e descrença em quem desrespeita a Constituição.

O País da saudade e do fado atravessa uma profunda crise de confiança. Confiança em nós próprios, mas também confiança nos outros, nas instituições e até mesmo nas referências. Já não bastava a dificuldade em superar alguns traumas do Estado Novo, como a desconfiança em relação às forças de segurança, revelado nos sinais de luzes que os condutores trocam entre si quando avistam uma unidade em patrulha, o Governo do Dr. Barroso e do Dr. Portas conseguiram introduzir novos factores de descrença. É certo que as tradicionais crenças religiosas já tiveram melhores dias e mais adeptos, mas não havia necessidade de querer recuperar para o currículo escolar de um Estado Laico, a disciplina de Religião e Moral, em mais uma iniciativa de vassalagem do Governo aos grandes lóbis. Não está em causa o contributo social da Igreja Católica no combate a factores de exclusão social, mas, no Estado de Direito português, "as igrejas e outras comunidades religiosas estão separadas do Estado". Já sabíamos que a devoção de alguns membros do Governo ia ao ponto de afirmarem que a religião católica era a religião oficial do Estado, ficámos agora a saber que, pelo menos, nesta matéria acreditam piamente nas afirmações que profere. Será que se segue o regresso dos crucifixos às salas de aula como no tempo de Cerejeira? Este é um tempo de descrença. Descrença na palavra de quem prometeu baixar impostos e depois os aumentou; desconfiança em relação a quem nada disse sobre o crédito bonificado à habitação e depois o eliminou e descrença em quem desrespeita a Constituição. Mas, também ausência de confiança num Governo que reinstala o Estado laranja através de uma fúria de nomeações que, quando não demite, pressiona, quando não ameaça, intimida, até obter a sua suprema pretensão, controlar tudo, desde a comunicação social às forças de segurança, passando pela Federação Portuguesa de Futebol. Uma desconfiança num Governo em que um Secretário de Estado utiliza meios do Estado para se deslocar em iniciativas privadas ou de carácter político-partidárias de apresentação de um livro; em que a ministra de um Governo em contensão gasta verbas do erário público para adquirir tapetes de Arraiolos para decorar o gabinete ou em que um familiar de quem entrevista o ministro em peça jornalística

A LUSO-DESCRENÇA

bombástica, que antecipa notícias previsíveis conquista um lugar no gabinete ministerial. Este é o Governo da trapalhada e da suspeita, de uma suspeita que fere o espírito da República. Este é um Governo que não teve estado de graça, converteu um País à beira de uma crise orçamental numa Nação em depressão económica, que insistiu em seguir uma política de terra queimada destinada a penalizar o PS. A dúvida, neste quadro de suspeita que pende sobre um Governo que aceita acções sem cotação como garantia de um Clube que o apoiou durante a campanha - e nem as camisolas escaparam aos borrifos laranjas - e que aumenta os benefícios dos bancos no "off-shore" da Madeira, está em saber o que farão PSD e PP quando toda a estratégia de descrença e de fanfarrice se traduzir num aprofundamento da crise económica, desde logo ao nível das receitas fiscais cobradas. Que a culpa é do PS? Inventará o Dr. Portas mais uma graça para tentar disfarçar o incómodo ético e político das suas ligações à Moderna?

É neste contexto de descrença que o Partido Socialista terá de surgir como uma oposição intransigente na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos num período em que a esperança nas capacidades dos portugueses seja relançada. Uma postura firme e tranquila na afirmação de uma outra forma de estar ao serviço das causas públicas, como revelaram no passado os exemplos de António Vitorino e Jorge Coelho,



ANTÓNIO GALAMBA

PS/COIMBRA

APELO À REFILIAÇÃO

Fausto Correia faz aos militantes da Federação de Coimbra "o mais decisivo e urgente dos apelos" com vista à refiliação no partido, exortando os militantes socialistas do distrito a entregarem a ficha de actualização até ao próximo dia 16, último dia de recenseamento interno.

Na mesma carta, o coordenador da Comissão Executiva Distrital do PS de Coimbra acusa o Governo de não cumprir algumas promessas, situação "que vem provocando uma crescente perda de apoio social e eleitoral, como todas as sondagens já claramente mostram".



CASCAIS

PS TOMA POSIÇÃO SOBRE DEMOLIÇÃO DO HOTEL ESTORIL-SOL

A Comissão Política Concelhia do PS/Cascais quer que seja adoptada "uma política transparente" no processo de demolição do Hotel Estoril-Sol. Embora ressaltando que não conhece a proposta do presidente da Câmara "nos seus exactos contornos", o PS manifesta, num comunicado, a sua "disponibilidade para, no quadro de uma política transparente, apoiar nos órgãos autárquicos competentes uma solução que em nome da eliminação dos actuais impactos negativos do hotel não constitua uma mera operação de densificação urbanística no mesmo ou noutro local, com os mesmos ou piores impactos que os actualmente existentes e não constitua uma forma encapotada de eliminação unilateral de postos de trabalho".

PS BAIXO ALENTEJO

FEDERAÇÃO ANALISA DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Secretariado da Federação do Baixo Alentejo do Partido Socialista reuniu-se esta semana para analisar a situação política do distrito de Beja e o rumo dos principais projectos com importância para o desenvolvimento da região.

Num comunicado, os socialistas anunciaram que neste momento as suas maiores preocupações a nível distrital são o aproveitamento da utilização civil do aeroporto de Beja e a quota de enchimento da albufeira do Alqueva, uma vez que a sua concretização é essencial para a criação de emprego e para o desenvolvimento da região.

Os socialistas decidiram também na reunião do Secretariado da Federação dar o seu apoio à campanha "Queremos a nossa casa", liderada pela Juventude Socialista, no sentido de reivindicar a reposição do crédito bonificado para aquisição de habitação pelos jovens, que foi extinto pelo Governo do PSD.

"VOZ DA AJUDA"

A eleição dos novos órgãos da Secção da Ajuda ocupa grande parte da edição 14 do boletim "Voz da Ajuda".

Dirigida pelo camarada Vítor Baptista, a folha informativa dá também a conhecer o programa de acção para o mandato que termina em 2004.

Destaque ainda nesta edição para uma vasta informação sobre as várias iniciativas levadas a cabo pela Secção, bem como para um artigo de opinião intitulado "Cem dias de Duro".

16/09/2002
Este é o último dia
para que o PS possa vir a conhecê-lo melhor.

Preencha os dados do Recenseamento e devolva-nos o formulário o mais depressa possível.
A sua resposta é muito importante. É a sua última oportunidade de continuar a ser um militante do PS.



**PORQUE PARA O PS,
VOCÊ É MAIS DO QUE UM NÚMERO.**

Começa a ser pois, patente, a verdadeira visão do PSD sobre o desenho da prestação dos cuidados de saúde: o público para os mais pobres e o privado para os mais ricos

LISTAS DE ESPERA INCOMPATIBILIDADES E FISCALIDADE

A actual coligação no poder erigiu como bandeira política, expressa no Programa do Governo "o término, com carácter de urgência, das listas de espera de cirurgias e de consultas, por via, quer da contratualização com entidades privadas e sociais, quer da melhoria da eficiência na mobilização dos recursos do próprio sistema, nomeadamente aumentando o tempo de utilização dos blocos operatórios e de funcionamento das consultas externas hospitalares". (Transcrição do Programa do Governo, sublinhado nosso).

Esta bandeira surge na sequência da centralidade que o combate da oposição ao Governo na área da saúde assumiu nas últimas legislaturas, fazendo tábua-rasa da sua governação nos dez anos anteriores em que as listas de espera assumiram proporções que sempre negaram. Um levantamento efectuado pela Inspecção-Geral da Saúde que encontrei no Ministério da Saúde em finais de 1995 contabilizava em cerca de 90.000 (noventa mil) o número de intervenções em espera.

Na lógica da vantagem eleitoral decorrente de promessas que vão ao encontro das aspirações básicas das pessoas, cuja não satisfação lhes induz enorme sofrimento, também nesta área o PSD colocou a fasquia alta e tem vindo sucessivamente a restringir o âmbito dessas promessas.

Depois de ultrapassados todos os prazos publicamente anunciados, o Programa de "término, com carácter de urgência das listas de espera de cirurgias e de consultas" transforma-se em mero programa dirigido para as cirurgias, assente numa actualização dos utentes do SNS em lista de espera que representaria um forte agravamento. Se analisarmos o levantamento dos Recursos Humanos na Saúde, recentemente vindo à estampa, verifica-se que mais de 80 por cento dos profissionais registados trabalha no SNS.

O ministro da Saúde, directamente interpelado sobre a questão, comprometeu-se a respeitar o regime das incompatibilidades estabelecido no Estatuto do SNS. Mas, face aos números apresentados, não é viável a recuperação anunciada sem afectação de todos os profissionais existentes, trabalhando cumulativamente no SNS e no sector privado e/ou social.

Sendo o Programa pago com dinheiros públicos é indispensável assegurar a sua correcta utilização. Ora, de que mecanismos dispõe o ministro para garantir que os profissionais do SNS colaboram neste Programa sem ferir o estatuto das incompatibilidades? De que instrumentos dispõe o ministro para garantir que a capacidade instalada no SNS está a ser totalmente utilizada, ou não o é nem pode sê-lo porque os seus profissionais se deslocam para os outros sectores? A resposta é fácil. Com o desmantelamento das agências de contratualização, nenhuns!

Cientes das dificuldades de cumprimento dos objectivos proclamados, anuncia-se um outro expediente: a do

esvaziamento indirecto das listas de espera através da pretensa centrifugação do sistema público das pessoas que certamente nunca lá iriam cair: quer as que têm subsistemas de cobertura, quer aquelas que optariam por procurar directamente o sector privado. Ora bem, estas pessoas passam a ser subsidiadas pelo SNS para deixarem de pesara um sistema ao qual nunca pesariam. Mas mais: não cobrindo este subsídio o total da despesa que efectuem, o remanescente será objecto de benefício fiscal, o que significa que o Estado vai gastar mais com aqueles que menos precisam. Isto, para quem considerava que o combate às listas de espera era importante para combater as desigualdades, garantindo o acesso aos mais pobres.

Começa a ser pois, patente, a verdadeira visão do PSD sobre o desenho da prestação dos cuidados de saúde: o público para os mais pobres e o privado para os mais ricos, duplamente subsidiados – através de entrega de um cheque do SNS que pagará parte da factura a quem optar pela realização da intervenção cirúrgica no sector privado e diminuição do IRS a pagar por dedução à colecta do encargo remanescente. Nem sequer se aproveitou o fortíssimo poder negocial do Estado para fazer baixar os preços no sector privado da saúde em Portugal, objectivamente elevado face a qualquer comparação internacional.

A análise comparada internacional ensina-nos que esta matéria é complexa não só pela sua própria natureza como pelo facto de a evolução dos indicadores demográficos se transformar numa pressão forte sobre o sistema de saúde. As listas de espera nascem e crescem todos os dias e o PSD colocou a fasquia alta: o seu término e não apenas o término das que existiam no momento em que assumiu o poder, até porque um objectivo assim limitado não seria interessante do ponto de vista eleitoral.

Mas, por se tratar de matéria fundamental para o bem-estar dos cidadãos e que implica forte afectação de recursos públicos, deve ser acompanhada de perto, com rigor e objectividade para evitar que se utilizem os mais fracos para proteger os que menos carecem de protecção.

A solidariedade e a equidade exigem-no.



MARIA DE BELÉM ROSEIRA

Com o regime que agora se pretende introduzir [...] aumenta o período de tempo em que o trabalhador está sujeito a ver o seu contrato ser extinto por iniciativa da entidade patronal.

JUSTA CAUSA

É notável a estratégia montada pelo Governo para fazer passar o projecto de Código do Trabalho. Como o PS já denunciou em diversas circunstâncias, o novo Código (a par com a Lei de Bases de Segurança Social proposta por este Executivo) configura um grave ataque desferido contra o nosso modelo social e contra o equilíbrio das relações laborais implantados em Portugal nos últimos 28 anos, com um forte contributo do PS. É certo que há aspectos da legislação laboral que têm de mudar, a bem da transparência da relação de trabalho e da competitividade das empresas. Desde logo, é essencial uma sistematização e condensação da legislação laboral, actualmente dispersa e por vezes anacrónica. Esse trabalho foi feito quase na totalidade pelos ministros Ferro Rodrigues e Paulo Pedroso e está na base da proposta do actual Governo. Mas melhorar a legislação laboral não pode ser simplesmente um movimento de retirada de direitos aos trabalhadores e aos sindicatos, com o objectivo principal, ainda que inconsciente, de diminuir os custos com o trabalho- e consequentemente a já baixíssima qualidade de vida dos nossos trabalhadores por relação aos seus colegas do resto da Europa e de desregular o mercado de trabalho. Perante isto, não deixa de ter alguma graça o facto de as associações patronais se contarem entre aqueles que criticam a legislação em projecto, com o argumento, surrealista, de que beneficia de mais os trabalhadores e não serve os interesses do patronato. É evidente que isto não passa de uma estratégia de posicionamento perante a concertação social, tendo em vista ganhar alguma margem de negociação e permitir ao ministro Bagão Félix vir mais tarde dizer que o pacote legislativo é equilibrado porque não houve cedência às reivindicações dos empresários.

Ora, um dos diversos aspectos gravosos da proposta que está em discussão é o facto de liberalizar os despedimentos. O Governo, contra todas as evidências, nega esta acusação. Mas não há dúvida de que aquilo que é proposto liberaliza os despedimentos por relação ao regime que está actualmente em vigor.

Com efeito: A actual Lei da Cessação do Contrato de Trabalho estabelece, sem restrições, o direito de um trabalhador despedido de forma ilícita optar pela reintegração no seu posto de trabalho. Esta, aliás, é a única forma de assegurar a estabilidade do vínculo laboral, impedindo que a entidade empregadora possa mediante o mero pagamento de uma indemnização despedir o trabalhador. Pelo contrário, o anteprojecto do Governo prevê a possibilidade de a entidade patronal se opor à opção pela reintegração formulada pelo trabalhador, no caso de microempresas e de pequena empresa (estas que constituem a grande maioria no tecido empresarial português). Justifica o Governo a inovação que propõe afirmando que "entende-se que a obrigação de reintegração é susceptível de entrar em conflito com o direito fundamental de livre iniciativa económica constitucionalmente protegido". Mais uma vez o Governo demonstra que se dá mal com a Constituição: esquece-se que a obrigação de reintegração decorre de o tribunal considerar que determinado despedimento foi efectuado de forma ilegal e esquece-se que o direito de livre iniciativa económica privada não cobre actuações ilegais das empresas e não pode ser exercido contra a lei.

O anteprojecto do Governo liberaliza mais os despedimentos ao alargar os fundamentos da justa causa, aumentando o poder disciplinar do empregador. No anteprojecto do Governo, diminui-se o número de faltas que o trabalhador pode dar, mesmo no pressuposto que delas não resultam riscos ou prejuízos graves para as empresas, para quatro faltas por ano, se forem seguidas, ou oito se interpoladas. Por outro lado, as falsas declarações prestadas pelos trabalhadores relativamente à justificação de faltas já eram, e bem, motivo para despedimento. O anteprojecto vem agora prever justa causa de despedimento no caso de atestados médicos fraudulentos, atestados que não são passados pelos trabalhadores e cujo conteúdo decorre do exercício independente da actividade médica, de todo alheia ao trabalhador.

O Governo liberaliza mais os despedimentos ao eliminar o limite de dois ou três anos, consoante os casos, que a actual legislação consagra para a renovação dos contratos a termo. Até aqui, se o contrato de trabalho a termo certo se prolongasse para mais de dois ou três anos, o trabalhador tinha direito a integrar os quadros permanentes da empresa. Com o regime que agora se pretende introduzir deixa de haver um limite de tempo a partir do qual o trabalhador tem que ser integrado nos quadros da empresa e, portanto, aumenta o período de tempo em que o trabalhador está sujeito a ver o seu contrato ser extinto por iniciativa da entidade patronal. O Governo recusa a acusação de que o novo regime proposto para os contratos a termo abre a possibilidade de um trabalhador estar contratado a prazo pela mesma empresa no limite durante toda a sua vida. Mas basta por exemplo cruzar o novo fundamento para a contratação a termo que o Governo quer introduzir, "a substituição directa ou indirecta de trabalhador em situação de licença sem retribuição", com a eliminação do prazo máximo de duração do contrato a termo também introduzida neste projecto. Se o trabalhador substituído nunca regressar, o trabalhador que o substitui permanece indefinidamente com um vínculo precário, quando até aqui tinha a expectativa legítima de depois de três anos integrar os quadros da empresa. Por outro lado, a "batota" no âmbito dos contratos a prazo com que o Governo pretende justificar a eliminação de um prazo máximo para este tipo de contratos é feita em larga medida relativamente aos próprios fundamentos da contratação a prazo, que muitas vezes são pura ficção. Ao não impor um qualquer limite temporal, ainda que mais prolongado ao que actualmente vigora, à duração dos contratos a prazo, abre as portas a que a referida "batota", que supostamente quer combater, possa durar uma vida inteira de trabalho. O Governo mistifica a realidade da contratação a prazo em Portugal e promove o aumento da precarização do mercado de trabalho.

De acordo com a actual Lei do Contrato de Trabalho, a entidade patronal só pode encarregar o trabalhador de tarefas não compreendidas na categoria para que foi contratado se estas tiverem ligação funcional com as que correspondem à sua função normal, se foram meramente acessórias e desde que tal não implique redução da retribuição. No anteprojecto do Governo prevê-se a nova possibilidade de, no momento da assinatura do contrato de trabalho, momento em que o trabalhador está em regra por natureza numa posição fragilizada, aceitar antecipadamente que a entidade patronal possa no futuro não respeitar tais limites. Ao alargar o leque de ordens cuja recusa pelo é causa de despedimento, o Governo está mais uma vez a facilitar os despedimentos. O Governo facilita os despedimentos, ao prever no anteprojecto que se o despedimento for declarado ilícito por nulidade do procedimento disciplinar este pode ser reaberto pela entidade patronal. Ou seja, dá-se uma segunda oportunidade a uma entidade patronal que despediu um trabalhador de forma ilícita, no quadro de um procedimento disciplinar nulo.

É caso para dizer que liberalizar os despedimentos mais do que este anteprojecto o faz, só mesmo metendo no lixo toda a legislação laboral e transformar o contrato de trabalho num normal contrato de direito civil.



MARK KIRKBY

A SEMANA PREVISTA

SEG.

O secretário-geral do Partido Socialista estará presente no próximo dia 14 no encerramento do encontro de autarcas de Vila Franca de Xira em Alverca.

TER.

Ferro Rodrigues tem previsto um encontro com o Presidente da República da Hungria que visitará oficialmente Portugal.

QUA.

A actividade parlamentar regressa em força com a retoma dos trabalhos em plenário no dia 18.

QUI.

Realiza-se no dia 18 um debate promovido pela Secção do Desenvolvimento Sustentável do Partido Socialista "Forum 2032", inserido na iniciativa "ciclos de debates do Loreto".

SEX.

O porta-voz do PS, Paulo Pedroso, é o convidado, no próximo dia 16, do "Clube do Debate", uma iniciativa promovida pela Secção do PS/Ajuda.

SÁB.

A actualidade política nacional e o processo de preparação do Congresso Nacional são os temas em debate.

DOM.

DIA 16, SEGUNDA-FEIRA EXPIRA O PRAZO DE REFILIAÇÃO NO PS.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SECÇÕES DO PS AÇORES

Angra do Heroísmo
Rua do Marques, 14 - A
9700 Angra do Heroísmo
Tel: 295217577

Lajes - Flores
Rua Dr. Freitas Pimentel
9960 Fazenda
Tel: 29525593362

Povoação - São Miguel
Antero de Quental, 8
9650 Povoação
Tel: 296584480

Praia da Vitória - Terceira
Ladeira S. Francisco, 1 - Sta. Cruz
9760 Praia da Vitória
Tel: 295542716

Velas - São Jorge
Santo Amaro - Velas
9800 Velas
Tel: 293171123

Sta. Cruz - Graciosa
Rua das Flores, 17
9880 Santa Cruz da Graciosa
Tel: 295712383



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
mary@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas **12 meses**
52 números

| | |
|-------------------|------|
| Continente | 25 € |
| Regiões Autónomas | 32 € |
| Macau | 54 € |
| Europa | 63 € |
| Resto do Mundo | 92 € |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados